

OSSOS DO OFFICE-CURUMIM

JULIA FIGUEIREDO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JULIA FIGUEIREDO

OSSOS DO OFFICE-CURUMIM

CENTRO DE CURA, SABERES ANSCESTRAIS E FARMACIA VIVA

SÃO CARLOS
2022

ESTA OBRA É DE ACESSO ABERTO. É PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA OBRA,
DESDE QUE CITADA A FONTE E RESPEITANDO A LICENÇA CREATIVE COMMONS INDICADA

JULIA FIGUEIREDO

OSSOS DO OFFICE-CURUMIM, CENTRO DE CURA, SABERES
ANCESTRAIS E FARMACIA VIVA

Trabalho de Graduação Integrado

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF4750 Figueiredo, Julia
Ossos do Office-Curumim, Centro de Cura, Saberes
Ancestrais e Farmácia Viva / Julia Figueiredo. --
São Carlos, 2022.
110 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.

1. farmacia viva. 2. fitoterapicos. 3. Itapetinga
. 4. adobe. I. Título.

Comissão de Acompanhamento Permanente (CAP)
Luciano Bernadino da Costa (responsável)

Aline Coelho Sanches
Fernando Birello de Lima
Joubert Jose Lancha
Luciana Bongiovanni Martins Schenk

Coordenador do Grupo Temático (GT)
João Marcos de Almeida Lopes

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229



São Carlos
2022

*A romã, a tribo, a procura
O caldo da cultura, o cauim
A quermesse, o curso, a bienal, a escultura
Hosana nas alturas, anjos no céu de Berlim
Osasco
Osaka
Rosa
Bomba
Maca
Ossos do office-curumim
Dança o povo negro
Dança o povo índio
Sobre as roças mortas de aipim
Dança a nova tribo
Dança o povo inteiro
Dança a moça triste do Benin
Dança o povo negro
Dança o povo índio
Sobre as roças mortas de aipim
Dança a nova tribo
Dança o povo inteiro
Dança a moça triste do Benin*

- Dança, Chico César



1. APRESENTAÇÃO



Ossos do office-curumim é um Trabalho de Graduação Integrado cujo nome foi retirado da canção “dança” do artista e compositor paraibano, Chico César. Em sua letra são citados elementos do que seria um “caldo de culturas” que juntam elementos populares e eruditos, da cultura dos povos escravizados e originários do Brasil, bem como elementos cristãos e europeus. Nas palavras de Tásia Souza, a música traz “o cauim metafórico e embriagante da diversidade e da multiplicidade dos povos — bem como, e tristemente, de suas destruições — e o sabor agridoce, recheado de certa melancolia, das heranças e resistências negra e indígena.” Dançar sobre as roças mortas de aipim é resistir.

De certa forma, me vejo como fruto desse caldo de culturas, com família paterna de origem negra, indígena e portuguesa que fixou moradia em Itapetinga, no

interior da Bahia, essa, apenas parte de sua história perdida. Esse trabalho é uma forma de revisitar minhas raízes, de reencontrar essa história.

Projetar uma Farmácia viva e um centro de cura revisita memórias, lembranças da minha infância, que uma boa parte passei na farmácia de manipulação de minha mãe, que sempre teve uma relação de curiosidade e respeito com a natureza, buscando refúgio nos saberes da terra para aflições do corpo e da mente.

Busco fundamentar o projeto nas contradições em que a cidade de Itapetinga está inserida, especialmente na resistência indígena. É no resgate a saberes que estão se perdendo, com os recursos que temos aqui e agora e preservar o pouco que restou e resistiu na cultura oral passada de pais para filhos sobre o uso e poder de cura das plantas que se assentam as estruturas do projeto aqui proposto.

A proposta é estabelecer um centro de cura e de saberes ancestrais, estruturado por uma Farmácia Viva, programa do Sistema Único de Saúde (SUS), que mescla o institucional e os saberes da terra, em um terreno urbano próximo à mata nativa e ao rio Catolé que estrutura a cidade. O programa é voltado à preservação de espécies nativas medicinais e de saberes indígenas, com atividades educacionais, sociais e ambientais, a partir da reapropriação de edifícios pré-existentes requalificados a partir de culturas construtivas não convencionais.

Os 3 edifícios requalificados, abrigam agora o bloco de laboratórios, a recepção e a área de apoio ao cultivo, o projeto conta também com um alojamento construído em estrutura de madeira e tijolos de adobe, duas estruturas para abrigar eventos e rituais, uma estufa e um berçário de mudas em estruturas geodésicas de bambu, uma agrofloresta destinada a produção de matéria prima para os fitoterápicos da farmácia viva e um quintal agroflorestal para cultivo de plantas medicinais e de poder para o centro de cura.

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO

10



LEITURA DO TERRITÓRIO

16



FARMÁCIA VIVA

40



OSSOS DO
OFFICE-CURUMIM

58

RESUMO

O Trabalho de Graduação Integrado (TGI) do curso de Arquitetura e Urbanismo que apresento aqui tem por objetivo a proposição de um Centro de Cura e Culturas Ancestrais, pautado no programa de uma Farmácia Viva, na cidade de Itapetinga, no interior da Bahia. Retomando a história da cidade - escolhida por ser a cidade de origem da do meu pai, trazendo a oportunidade de entender e pesquisar mais sobre a história da minha própria família e antepassados - e a presença da cultura indígena como estruturadora das relações sociais e de saberes da região, o projeto cruza pré-existências, tecnologias construtivas não convencionais e saberes ancestrais para a consolidação de um equipamento de saúde pública no interior do estado da Bahia.

A proposta da farmácia viva se coloca também no sentido de romper com a estigmatização dos saberes tradicionais a respeito da saúde, cruzando-os com pesquisas científicas que buscam encontrar nas plantas e nos medicamentos filantrópicos respostas para questões de saúde pública - também com um forte ancoramento familiar, desta vez pelo lado materno, com minha mãe farmacêutica, terapeuta floral o uso e admiração pela fitoterapia sempre esteve presente em minha casa.





2. LEITURA DO TERRITÓRIO

2.1 LEITURA REGIONAL

2.1.1 Itapetinga e o estado da Bahia

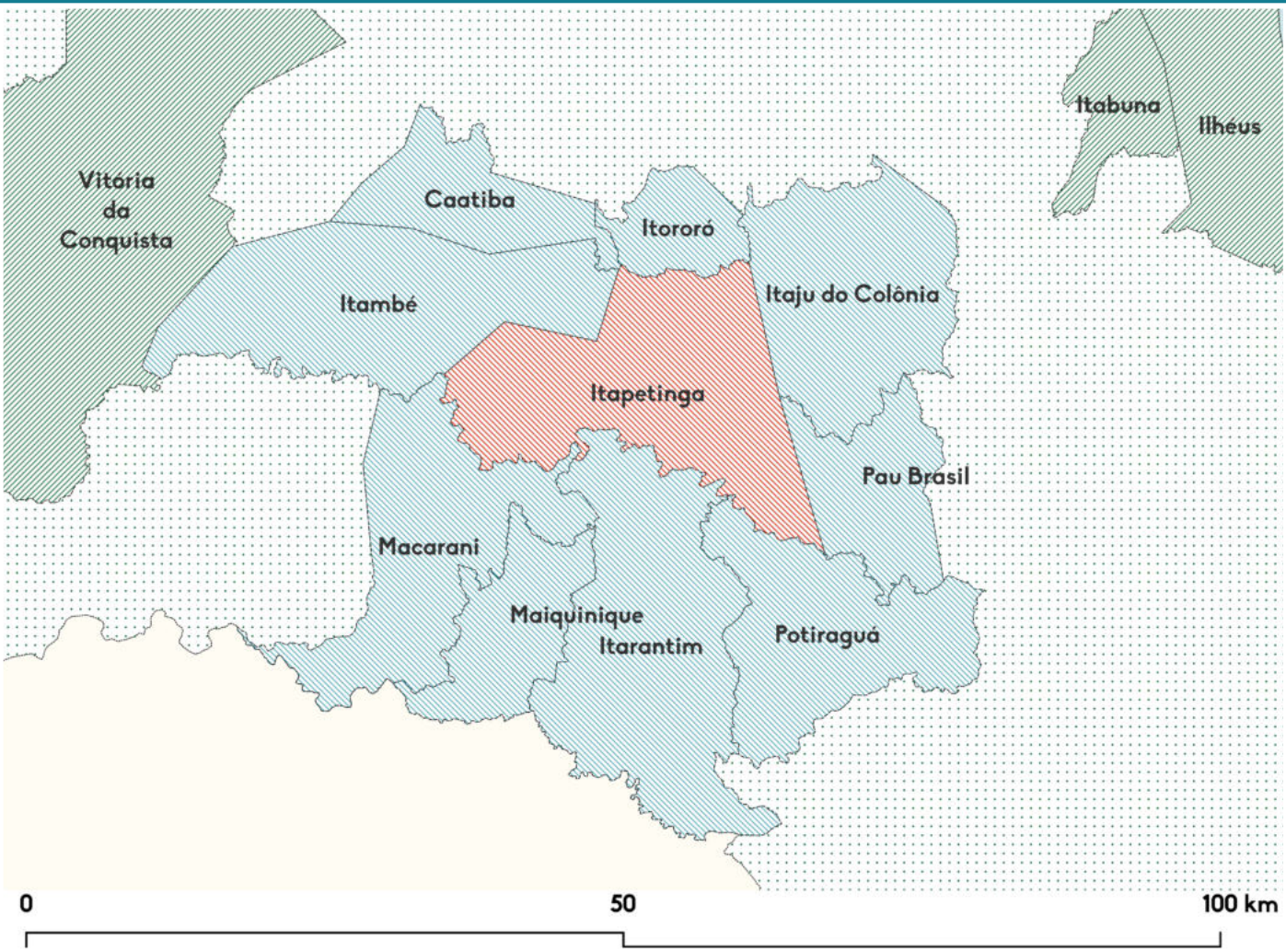
A cidade de Itapetinga dista aproximadamente 334 km em linha reta e 571 km por rodovia da capital do estado da Bahia, Salvador. A localização da cidade se dá entre os grandes eixos rodoviários que transpassam o Estado fazendo a articulação entre o Nordeste e o Sul/Sudeste do País que são a BR-116 e a BR-101. Estudos realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI 10) mostram que as concentrações de fluxos mais densas da economia baiana estão situados nos extremos do estado fazendo fronteira com o estado de Goiás (Barreiras), com o estado de Pernambuco (Juazeiro) e com o Oceano Atlântico (faixa litorânea compreendida entre a BR-116 e a Orla) –, portanto estes eixos viários, que podem ser vistos no mapa 02- Itapetinga e principais conexões rodoviária, correspondem também aos dois principais eixos de fluxos econômicos da faixa litorânea.

Localizada entre dois grandes pólos regionais (representados no mapa 01- fronteiras intermunicipais e pólos regionais), Itapetinga é um elo entre a cidade de Vitória da Conquista pela BA 263, e o polo Itabuna-

Ilhéus pela BR 415. A cidade também está inserida num dos eixos transversais de ligação entre as regiões do Oeste do Brasil e o litoral baiano. Devido a sua localização, e a influência exercida pelos dois blocos regionais, o município dispõe de uma infraestrutura viária privilegiada, quando comparada a outras regiões do estado, transformando-se num sub pólo urbano regional. (OLIVEIRA, 2003, p.45)

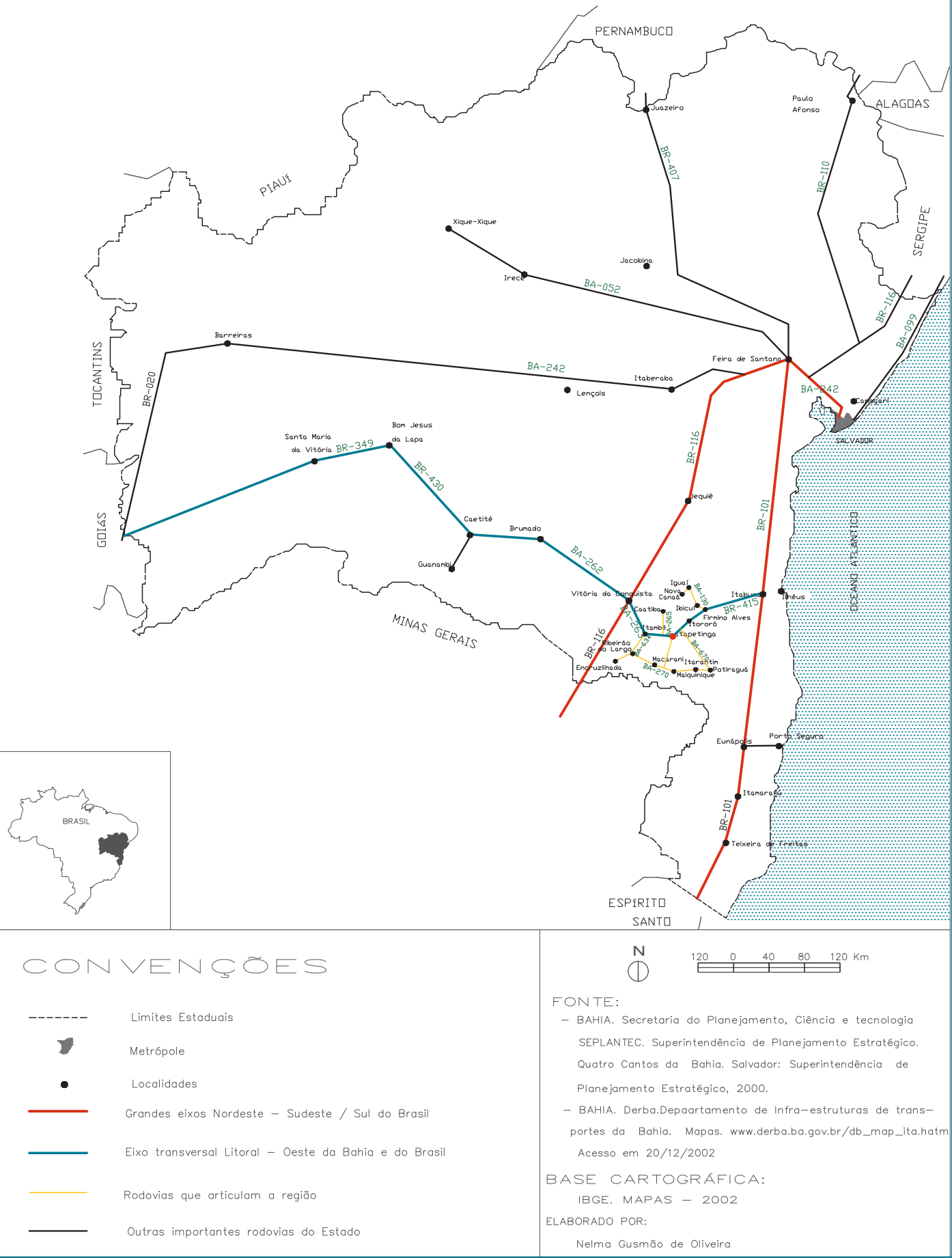
A cidade também articula a microrregião econômica, que leva seu nome, Microrregião de Itapetinga que além da própria cidade abrange e influencia as cidades de Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Itambé, Itororó, Macarani, Maiquinique, Itarantim, e Potiraguá. Itapetinga também faz fronteira com Pau Brasil e Itajá do Colônia.

As cidades de Itajá do Colônia e Pau Brasil são também territórios relevantes, uma vez que, junto com a cidade de Camacã, abrigam a maior reserva indígena da Bahia, a Caramuru Paraguaçu, a mais próxima de itapetinga, que dista 108 km por rodovia da cidade.



Mapa 01 - fronteiras intermunicipais e pólos regionais

Itapetinga e principais conexões rodoviárias



Mapa 02- Itapetinga e principais conexões rodoviária

2.1.2 Comunidades indígenas na Bahia

Atualmente o estado da Bahia conta com 15 reservas indígenas oficiais e demarcadas, sendo elas: brejo do burgo, Kantaruré, pankararé, massacara, Kiriri, Ibotirama, Barra, vargem alegre, fazenda baiana, caramuru paraguassu, mata medonha, coroa vermelha, barra vermelha, imbiriba e águas belas, estas abrigam as etnias: Atikum, Kaimbé, Kantaruré, Kiriri, Pankararé, Pankaru, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe, Payayá, Truká, Tumbalalá, Tupinambá de Olivença, Tuxá e Xukuru-Kariri. Todas essas reservas, ocupam uma pequena parcela do território da Bahia, como pode ser visto no mapa 04- Reservas indígenas da Bahia, evidenciando a negligência do Estado e a urgência de novas demarcações de terras, necessidade essa que é clamada por lideranças dos povos originais há anos, mas que vem ganhando força nos últimos anos com a os crescentes ataques do poder público às populações tradicionais.

De acordo com o relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil, feito pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 2021 ocorreram 14 assassinatos de indígenas no estado da Bahia, entre eles, o assassinato do jovem Gustavo, com apenas 14 anos, ficando atrás apenas do estado do Mato Grosso do Sul. Essas tragédias são fruto dos conflitos pela posse de terras, entre os povos originários e fazendeiros, posseiros e pistoleiros.

O sul da Bahia compreende uma região de extremo conflito de terras envolvendo diversos setores da sociedade regional e os povos indígenas habitantes dessa região, em entrevista cedida ao Brasil de Fato, O coordenador geral do Movimento Unido dos Povos Organizados Indígenas da Bahia (Mupoiba), cacique Agnaldo Pataxó Hãhãhãe, aponta que os conflitos se dão pelo avanço do agronegócio e das milícias armadas

“Uma violência muito grande, porque naquela região do extremo sul tem as grandes

empresas de eucalipto, além de grandes monoculturas de café e outras. E isso tem avançado sobre as terras indígenas”.

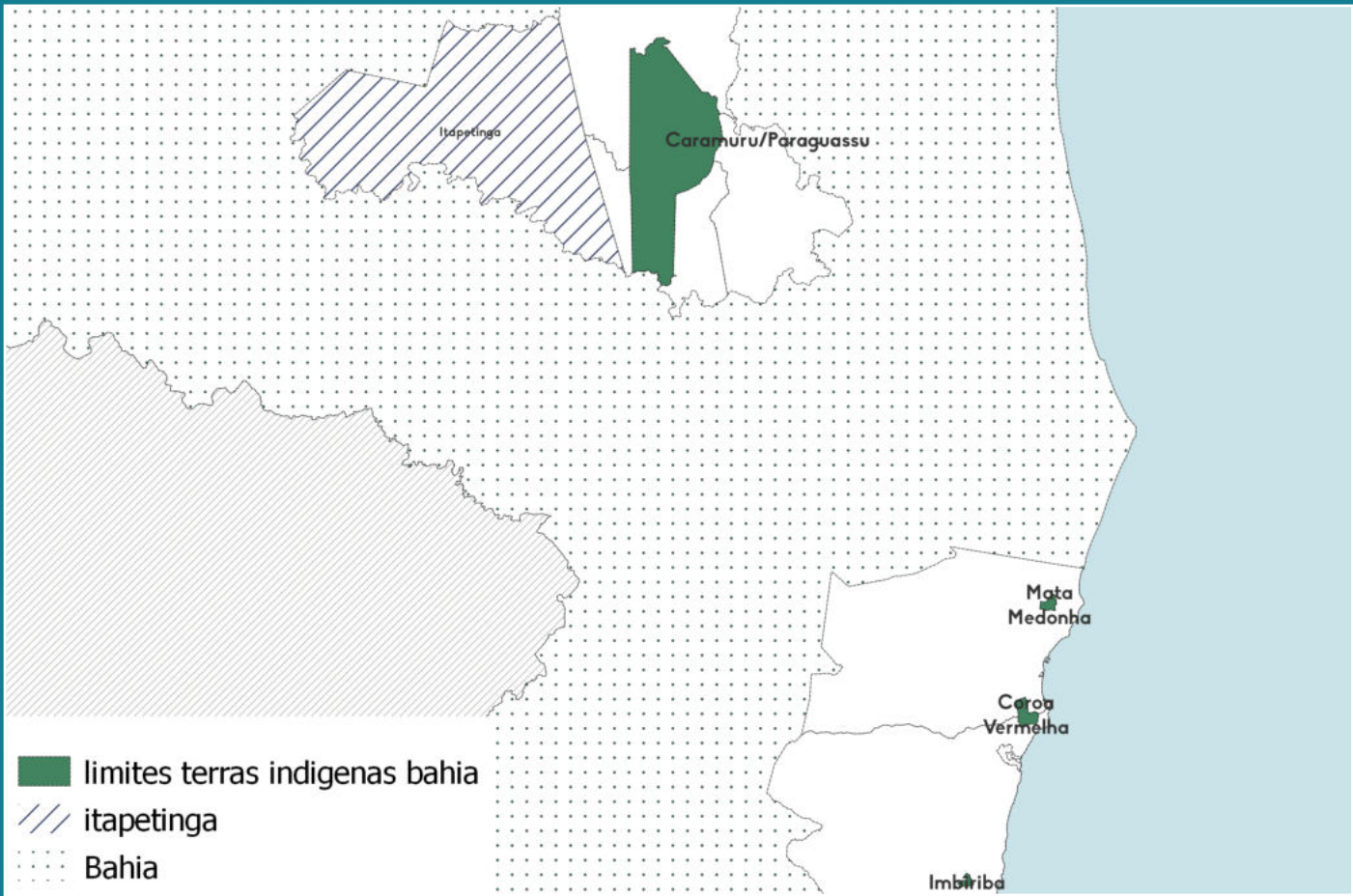
Esses conflitos e a violência que carregam infelizmente não é uma novidade no estado da Bahia, segundo cacique Agnaldo:

“Na região do extremo sul, tem uma tradição de pistolagem, de perseguição a lideranças, como em Belmonte, à cacica Kátia. E aos Pataxós, que ao longo do tempo vêm sofrendo essa perseguição. Em 1951 teve um fogo que tentou acabar com a aldeia Barra Velha, quase dizimou o povo. E de lá pra cá, não foi diferente, muitas lideranças presas, muito envolvimento de milícias, de fazendeiros, de pistoleiros. Então, o avanço sobre as terras dos parentes naquela região sul é muito grande”.

Os conflitos não são exclusivos da região sul do estado, o cacique reitera:

“A realidade nossa na Bahia é cruel. Há uma articulação geral de perseguição às lideranças, não demarcação de terras indígenas e incentivo do atual presidente para invadir todas as terras indígenas. No oeste da Bahia, por exemplo, temos uma realidade muito complexa, porque lá nós temos o agronegócio implantado, destruindo toda a mata nativa e todos os rios”.

A luta dos povos originários na Bahia nunca parou, mesmo com os ataques e ameaças de quem ocupa suas terras, e vista grossa do poder público as comunidades indígenas resistem, se articulam e lutam pela sobrevivência de seu povo e sua cultura, bem como a posse de terras que lhe são de direito. Em partes da poesia de Carlos Aparecido Renno musicada por Chico César, intitulada “Reis do agronegócio” e “dedicada” ao mesmos, é retratada a realidade citada anteriormente:



Mapa 03 - Itapetinga e Reserva Caramuru-Paraguassu



Mapa 04- Reservas indígenas da Bahia

*“[...]Vocês que enxotam o que luta por justiça
Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra
O extrativista, o ambientalista ou a freira [...]”*



2.1.3 Reserva indígena Caramuru Paraguaçu



Figura 01 - Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu

O nome da reserva, Caramuru Paraguaçu, faz alusão à suposta história de amor entre o português Diogo Álvares Correia, conhecido como Caramuru, e a filha do Morubixaba Tupinambá Paraguaçu. Diogo teria aportado na Bahia em 1510 e não se sabe ao certo se chegou como náufrago ou foi deixado propositalmente pelo capitão do navio para aprender os costumes e línguas dos nativos. Segundo Juliana Bezerra, o nome Paraguaçu foi inventado e o verdadeiro nome da indígena seria Guaibimpará, a qual além de se converter ao cristianismo, fundou a primeira igreja da Bahia. Dessa forma, o nome da reserva é ironicamente um apelido dado a um português que facilitou a ocupação e invasão da Bahia, e do nome falso de sua esposa indígena.

A reserva atualmente compõe um território que se estende do rio Cachoeira ou Colônia, ao norte, até o Pardo, ao sul, Segundo o ISA (Instituto Socioambiental) a população da reserva indígena Caramuru Paraguaçu (RI Caramuru Paraguaçu) em 2006 era de 2.147 indivíduos, sendo 1.139 homens e 1.008 mulheres. Dentre as principais atividades de subsistência destacam-se a cacaueira, pecuária e agricultura familiar. A educação é ministrada até o ensino médio. A maior parte da área da T.I. Caramuru Paraguaçu é classificada como de floresta perenófila higrófila, caracterizando-se por árvores de grande porte, às vezes com raízes tubulares pela presença de epífitas com folhas de tonalidade verde escura. Uma pequena parte é identificada como floresta tropófila mesófila.

Segundo Camuso et al. (2020) a história da criação da Reserva está relacionada à Lei Nº 198, de 21/08/1897, do Estado da Bahia, que decretou extintas várias aldeias indígenas da região, como

forma de assegurar a expansão da lavoura cacaueira, como também ao O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, e que em 1925 se instalou na região da atual reserva e criou o posto de Atração Paraguaçu e posteriormente em 1926 o posto Caramuru. Estes postos de atração, tinham como intuito atrair indígenas que viviam e circulavam pela região.

A Reserva é criada por um decreto do Estado da Bahia em agosto de 1926 “A Lei Nº 19165, de 09/08/1926, do Estado da Bahia, sancionou a reserva de 50 léguas quadradas “destinadas à conservação das essências florestais naturais e ao gozo dos índios tupinambás e pataxós, ou outros ali habitantes” (CARVALHO; SOUZA; SOUZA; PEREIRA, 2012, p.7 apud CAMUSO et al. 2020) inicialmente eram as 50 léguas eram para Tupinambás e Pataxós, porém devido a extinção de outras aldeias pelo governo baiano, diferentes grupos indígenas foram deslocados para a área da reserva.

“Com tais iniciativas intensificou-se o processo de deslocamento forçado de indígenas de diversas etnias para este espaço, caracterizado pelo desrespeito às culturas e tradições destes povos, assassinatos e transmissão de doenças.”(CAMUSO et al. 2020, p.86)

Da aldeia de Olivença vieram Tupiniquim e Botocudo (Aimoré e Gueren); de Santa Rosa, os Kariri-Sapuyá, que já haviam sido expulsos de Pedra Branca, no Recôncavo baiano; e da antiga aldeia de Ferradas (São Pedro d’Alcântara), grupos Kamakã e Gueren. Os Tupinambá, chegaram à reserva em 1936, em busca de refúgio contra as perseguições sofridas na região do seu antigo aldeamento e os Kariri-sapuyá foram conduzidos à Reserva, em 1939.



Figura 01 - Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu

A criação da RI não garantiu aos povos citados seu real direito à terra, visto que segundo Tum (2021) a área da reserva foi sistematicamente invadida por fazendeiros que tiveram ajuda do próprio governador do estado e do SPI. Essa invasão ocasionou a expulsão de muito indígenas, e os que resistiram a invasão de seu território sofreram muitas violências, além de serem limitados a uma menor área de ocupação, tiveram suas culturas atacadas, foram impedidos de viver segundo suas crenças e costumes, tiveram seus rituais perseguidos, foram proibidos de circular, caçar, e plantar pela região.

A terra que lhes foi reservada em 1926 foi invadida por não índios e convertida em fazendas particulares. Esse processo acabou por dispersar os indígenas da antiga “Reserva Paraguassu-Caramuru”, que passou a ser ocupada por grileiros (CARVALHO; SOUZA, 2005; SOUZA, 2017; SERRA, 1985).

A partir da década de 1980, no entanto, começou o processo de retomada das terras invadidas e de luta pela posse legal do território pelos povos originários. Lideranças passaram a reunir o povo disperso para reclamar as terras a que tinham direito, durante o período entre os anos de 1982 e 2012, foram realizadas operações de retomada das terras diretamente nas fazendas que estavam dentro dos limites da TI.

Em 1997, Galdino, um membro da aldeia Água vermelha da reserva indígena caramuru paraguaçu foi assinado em Brasília. Galdino havia ido à capital do país tratar sobre assuntos do território, sem ter onde ficar, dormiu num ponto de ônibus onde foi cruelmente queimado e morto por 5 homens, todos eles filhos da elite. Seu corpo foi plantado no cemitério Pataxó Hã-hã-hã, e sua luta continuou com seu povo. Na sequência do episódio, a aldeia ocupou as cinco fazendas e conseguiu reconquistar a posse dos 788 hectares de terra.

“Somente em maio de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, deu início ao julgamento de Anulação de Títulos Imobiliários das terras indígenas doadas aos posseiros e fazendeiros do sul da Bahia, municípios de Pau Brasil, Itaju do Colônia e Camacan, quando finalmente reconheceu a nulidade dos Títulos Imobiliários. A partir de então, o povo foi oficialmente reconhecido como dono do território, passando a ter mais segurança para viver em uma localidade com tanto histórico de conflito.”(CAMUSO et al. 2020, p.86)

Atualmente os povos que habitam a reserva são denominados por Pataxó Hã-hã-hã, um etnônimo englobante que abarca as etnias Baenã, Pataxó Hãhãhã,

Kamakã/Mongoió, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueren. o que resulta na formação de diversas aldeias e muitas vezes dificuldades de articulação devido a conflitos familiares.

Nos dias atuais, em decorrência dos diversos deslocamentos, violência e sobreposições culturais, é difícil identificar o que seria a cultura Pataxó hã-hã-hã de forma isolada na RI Caramuru-Paraguaçu, sem as interferências e assimilação da cultura não-indígena hegemônica na região.

As culturas estão em contínuo processo de transformação, portanto não existe uma cultura estática, dados os constantes sincretismos culturais que se dão ao longo do tempo

Existem duas principais formas dessas mudanças acontecerem. A primeira é caracterizada por uma mudança interna, resultante da própria dinâmica do grupo como, por exemplo, a resolução de um problema a partir da criatividade, do desejo humano ligado à curiosidade. Como aponta Ronald Lewcock: “dentro de uma tradição, o desenvolvimento e a aceitação de uma mudança física pode acontecer através da resolução de um problema que é inerente à ordem existente”(LEWCOCK, apud CASTRIOTA, 2014).

A segunda forma de mudança vem das relações externas e costuma ocorrer de forma rápida e abrupta por meio do contato intercultural. Segundo Claude Lévi-Strauss esse é o grande motor de avanço das culturas, uma vez que, pela experiência de troca de conhecimentos, uma cultura consegue incorporar elementos (que levaram tempo para serem aprimorados) de outras culturas. Um exemplo desse processo é a apropriação de canoas, redes de algodão fiado, plantação de pequenas bananas e mandioca pela tribo de Ianomâmis na Venezuela, provavelmente resultado da interação com os Yekuana, (tribo de agricultores sedentários). Entretanto esse intercâmbio cultural pode se mostrar catastrófico, com a destruição e o apagamento de uma cultura pela outra, como ocorre ainda hoje no Brasil com as culturas ancestrais dos povos originários.



Figura 02 - Mutirão de agrofloresta na Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu



Figura 03 - Mutirão de agrofloresta na Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu



Figura 03 - Comunidade Quilombola, cultivo do capim dourado

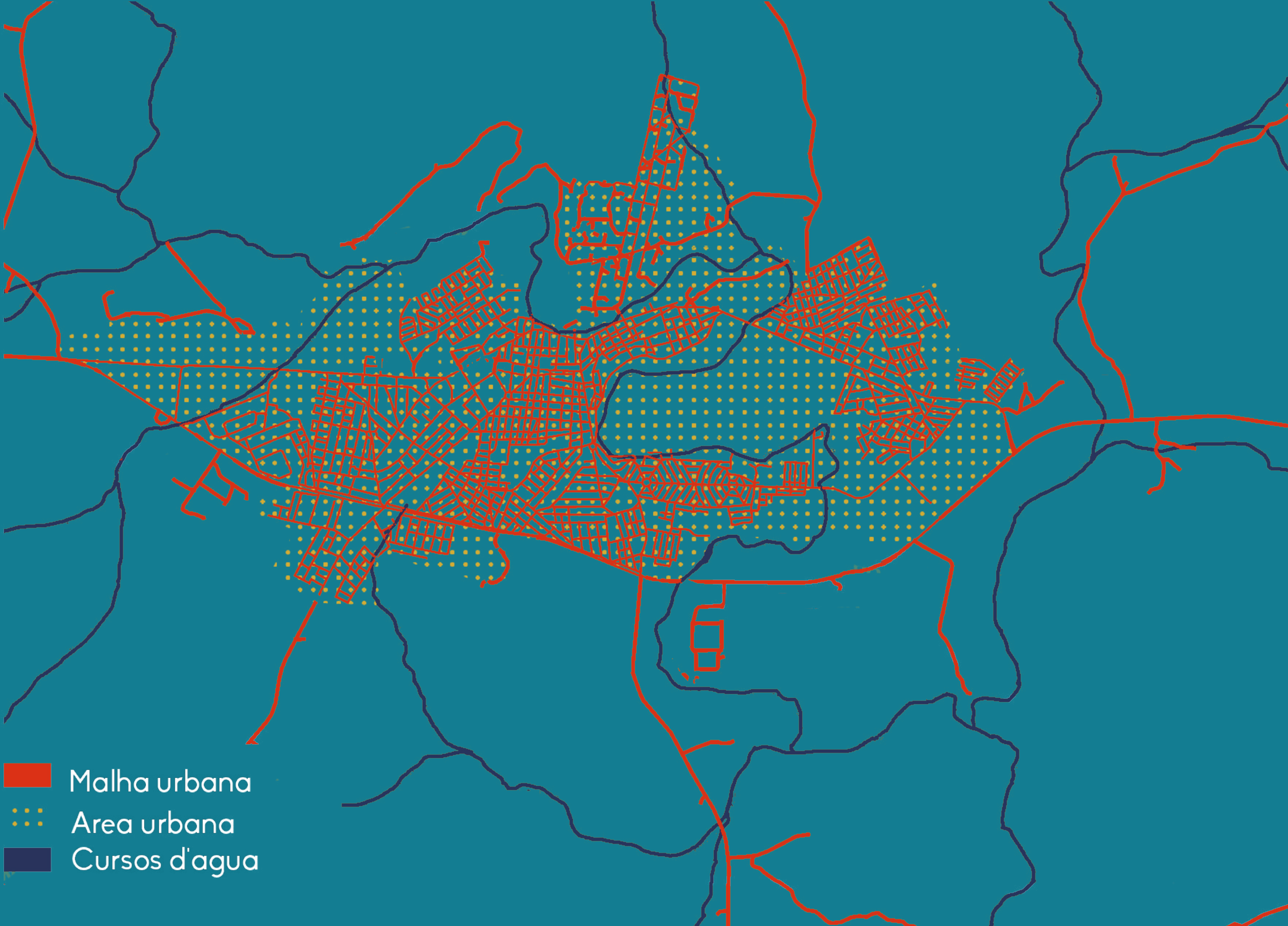
2.1.4 Comunidades remanescentes de quilombos na Bahia

Segundo a CONARQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), a Bahia é o estado brasileiro com a maior quantidade de comunidades remanescentes de Quilombo, com 736 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Essa certificação é o primeiro passo no processo de titulação da terra, etapa conduzida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que atualmente tem 303 processos de regularização fundiária abertos, mas infelizmente ainda nenhuma comunidade remanescente de quilombo recebeu o título definitivo de posse de suas terras. “Existe uma grande demanda por este reconhecimento e, principalmente, pela titulação, que garante aos descendentes a permanência nas terras em que moraram os familiares, negros que fugiam dos horrores da escravidão” (MOTA, 2021)

A quantidade significativa de comunidades na Bahia em relação ao restante do país tem origem na invasão e ocupação do estado, que sediou a primeira capital da colônia, e foi dos palcos principais dos horrores da escravidão.

Na Região próxima à cidade de Itapetinga, se encontram as comunidades, Rua de Palha na cidade de Caatiba, Pedra na cidade de Itambé e Alto da Cabaceira, Baixa Seca, Barrocas, Batalha, Boqueirão, Cartalote, Casa de telha, Furadinho, Furo da Roseira, Lagoa de Melquiades, Lagoa de Vitorino, Lagoa do Arroz, Lagoa dos patos, Lagoa Maria Clemencia, Laranjeiras, Paneleiros, São Joaquim, São Joaquim de Paulo, São Joaquim do Capinal, Sinzoca, Sossego do Manuel, Vaqueiro, Velame na cidade de Vitória da conquista.

2.2 LEITURA DA CIDADE



- Malha urbana
- Area urbana
- Cursos d'agua

2.2.1 História de Itapetinga

A fundação da cidade está ligada à expansão da pecuária de corte e a ocupação plena dos espaços naturais que caracterizam o período compreendido entre 1912 e 1952 no interior baiano. Com sua mata densa e de difícil acesso e a resistência indígena ao invasor branco, a região de Itapetinga foi um dos últimos espaços explorados no Estado da Bahia. Um pecuarista da região, Marcus Vanderley, descreve que a história de invasão do território da seguinte forma:

“Os índios sentiram a presença de estranhos nos seus domínios, os bichos das matas perceberam a presença do invasor; nos rios, antas capivaras e lontras ouviram e sentiram o troar das espingardas. Acordava a região o toque desbravador do homem e a área de Itapetinga começava a ser integrada ao mundo civilizado. [...]roças surgiram, retalhos de queimadas e logo depois ilhas de capim apareceram verde mais claro, contrastando com o verde escuro da floresta. Inicialmente as beiras dos rios maiores; depois seus afluentes, até que um dia os retalhos foram invertidos e hoje permanece aqui e acolá um pedaço mais escuro de mata contrastando com o verde claro das mangas.” (VANDERLEY apud OLIVEIRA, 2003, p.53)

A história oficial conta que em 1912 Bernardino Francisco de Souza veio de Vitória da Conquista pela antiga estrada de pedestres, que ligava Canavieiras ao Planalto de Conquista - estrada aberta para escoar o gado criado às margens do rio Pardo para o litoral - em busca de terras férteis junto ao seu grupo de desbravadores e se fixou às margens do rio Catolé, onde demarcou sua propriedade. Pouco tempo depois, em 1923, Augusto de Carvalho, de mesma origem do primeiro posseiro, separou dentro da mata bruta, um pedaço de terra de 10 ha para a formação de um povoado. Em setembro de 1924 foi iniciado o núcleo urbano, que viria a ser a cidade de Itapetinga, formado por 5 casas de taipa.

De acordo com Hassegawa, porém, a ocupação e exploração da região se iniciou antes da expansão da pecuária de corte, em torno de 1880, quando o sertão foi assolado por uma seca que levou grande número de sertanejos a procurar nas regiões de mata atlântica, uma alternativa de fixação.

“a ocupação se dá através de migrantes da seca, que trazem consigo o machado, o fogo e o boi para a abertura das primeiras fazendas, dando início a uma pequena agricultura de subsistência e a prática da pecuária para o desbravamento e



Figura 06 - vista panorâmica de Itapetinga



Figura 05 - Igreja de São José



Figura 07 - Igreja Batista, praça Augusto Carvalho

ocupação definitiva da região. As freguesias e vilarejos viriam logo em seguida por influência do comércio abundante realizado por mascates[...]" (HASSEGAWA apud OLIVEIRA, 2003, p.33)

É no mínimo curioso que em nenhum veículo oficial de informação da cidade sejam citados os povos que ocupavam a região antes da invasão e ocupação dos pecuaristas e/ou migrantes da seca, mas segundo Jussara Moreira “existe na cidade de Itapetinga-BA uma memória que mostra a ancestralidade do povo Mongoió (Kamakan) no local.” (MOREIRA, 2018, p.1). De acordo com a autora, após os conflitos no Sertão da Ressaca nas primeiras décadas do século XIX, o povo Mongoió migrou para as margens do Rio Catolé, afluente do Rio Prado. Campos relata que em 1844 existiram 125 indígenas da etnia Mongoió aldeados por missões religiosas as bordas do afluente do rio Prado:

“[...] foi com o objetivo de conquistar os índios, que o governo brasileiro iniciou uma campanha no sentido do aldeamento dos gentios, usando, principalmente, missionários católicos. Nesse sentido, a partir de 1844 começaram essas atividades. Tanto que uma ação missionária é fundada na Barra do Rio Catulé, margem do Rio Pardo, inicialmente chefiada pelo Frei Ludovico de Livorno, italiano, mas substituído pelo Frei Luiz de Grava. Os índios aldeados, cerca de 125, plantavam mandioca e outros produtos de subsistência. Talvez tenha sido a primeira povoação do território correspondente ao atual município de Itapetinga. Pena que tal povoação não durou muito tempo. Hoje, quem vai ao local não constata nenhum vestígio dessa povoação” (CAMPOS apud MOREIRA, 2018, p.21)

Pelas pesquisas realizadas por Jussara, foi possível traçar uma parte da deriva do povo Mongoió pelo território baiano, primeiro foram eliminados na área de Vitória da Conquista; depois, já na região de Itapetinga, foram expulsos da margem do Rio Catolé Grande para a Serra Couro D’Anta, posteriormente, colocados no centro da prometida “civilização” que ficava em Itaju do Colônia. Aqueles que não aceitaram a submissão catequista ou evangelizadora, fugiram para

o litoral da Bahia, lugar de onde desapareceriam para sempre ao ser aculturados pelos povos Tupinambá e Pataxó (MOREIRA, 2018, p.32).

O pouco que se tem documento sobre cultura do povo Mongoió é fruto da viagem do príncipe alemão Wied-Neuwied, que em 1942 veio ao Brasil para estudar a fauna, a flora e a população indígena local. Segundo o naturalista, os indígenas dessa etnia tinham o hábito de se fixar em uma determinada região, onde para sua sobrevivência plantavam ervas e raízes. Era comum depilarem o corpo e adorná-lo com penas. O trabalho era dividido conforme o gênero, as mulheres produziam com a tecelagem sacos de fibra de palmeiras e cerâmicas, já os homens eram responsáveis pela caça e agicultura.

“Além disso, pela ótica de Wied-Neuwied (1942), o povo Mongoió, por viver e fixar em áreas onde plantavam, era considerado diferente de outros povos indígenas nômades. As diferenças provocavam guerras entre os nativos, cuja disputa nascia do desejo em proteger o espaço de caça e de pesca” (MOREIRA, 2018, p.28)



Figura 08- Indígena Mongoió



Figura 09- Indígena Mongoió

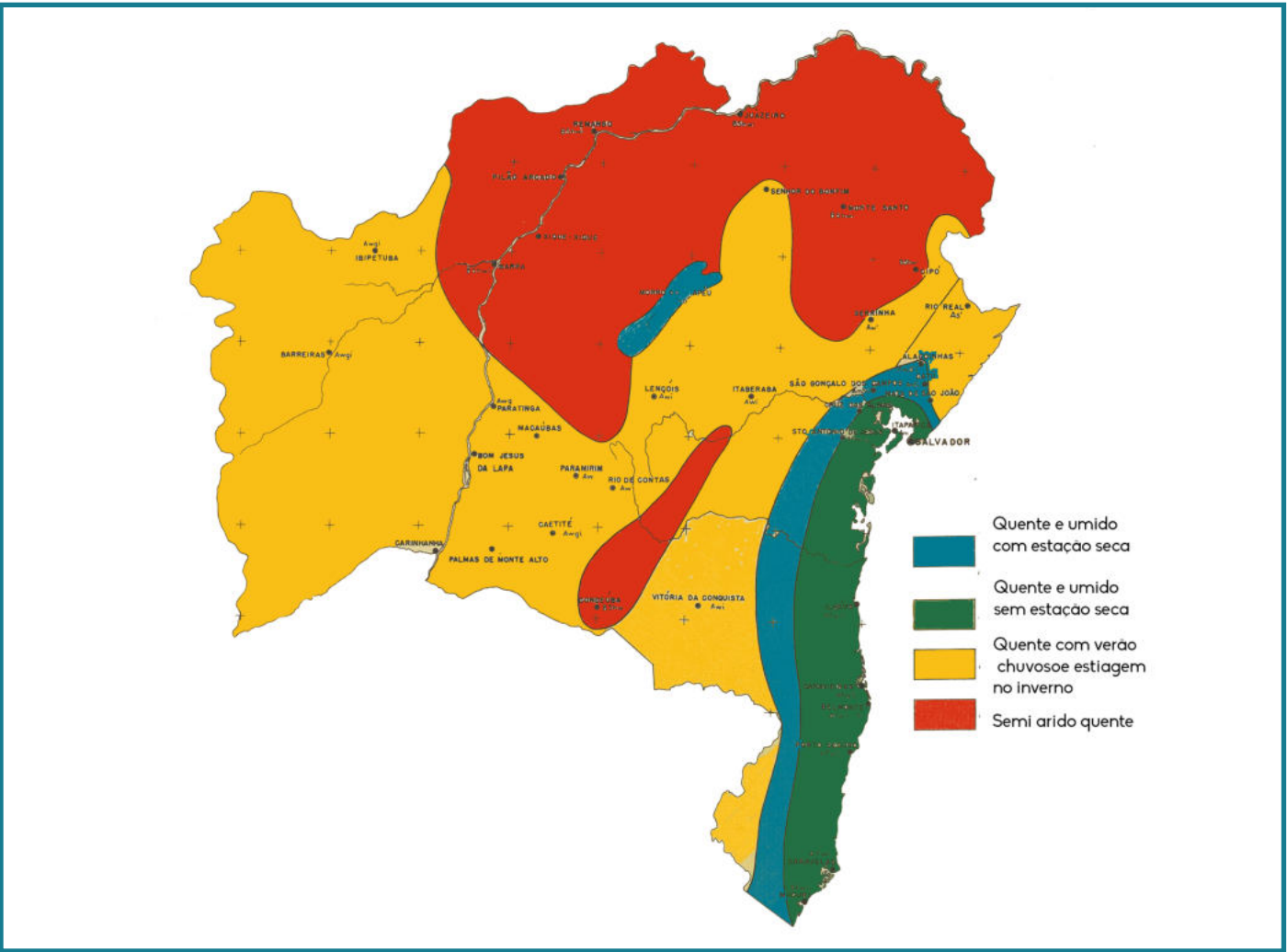
2.2.2 Condições bioclimáticas

O clima de Itapetinga é caracterizado como tropical quente e úmido, com precipitação média de 860 mm/ano apresentando inverno seco e verão chuvoso, com temperatura média anual de 23,1°C, sendo a média das máximas de 28,8°C e a média das mínimas de 19,2°C. A cidade está inserida no bioma da mata atlântica, com Floresta Estacional Caducifólia e Semi-Caducifólia, vegetação característica de localidades que apresentam estações chuvosas e de seca, com espécies que aguentam até 7 meses sem chuvas.

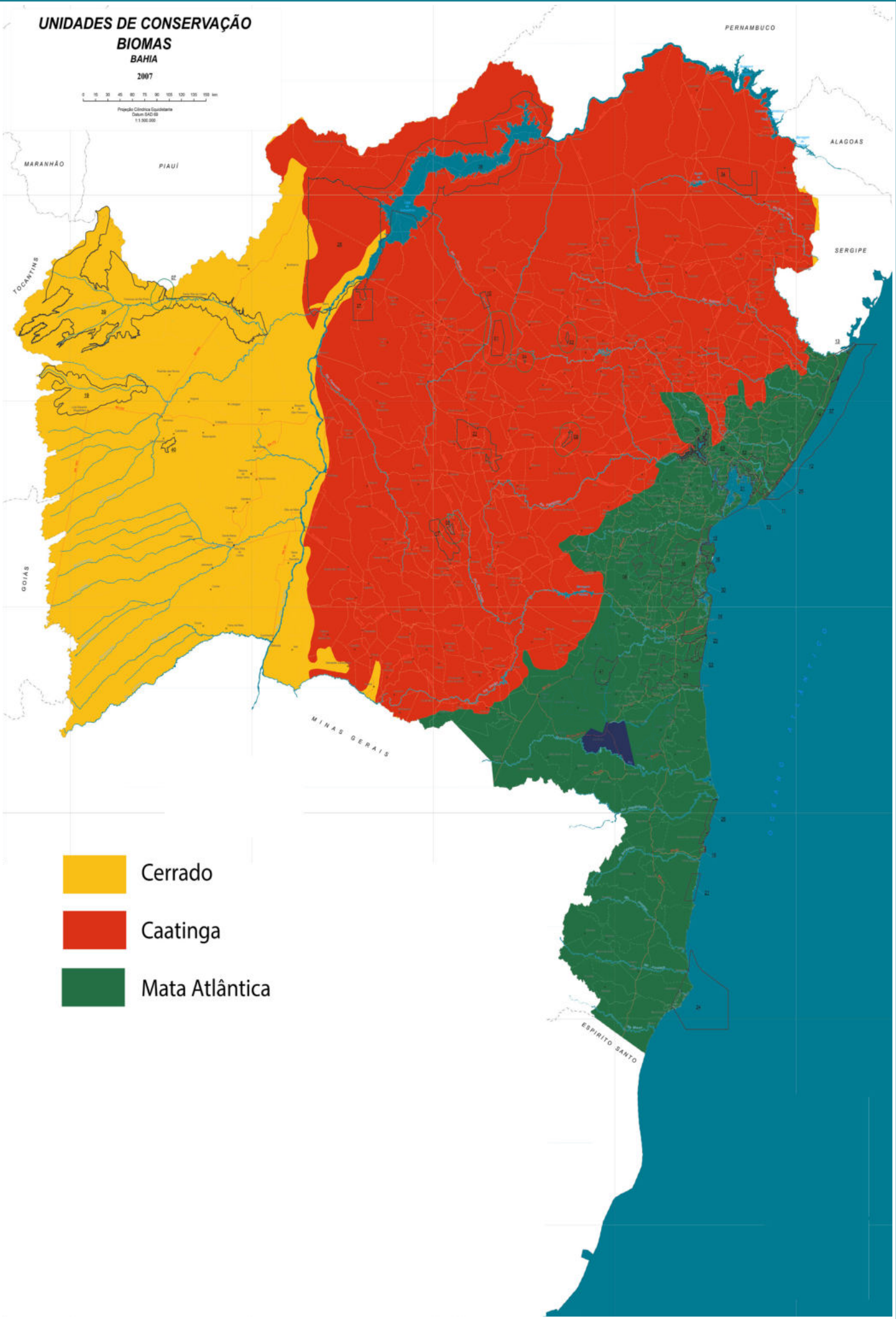
Itapetinga é banhada por diversos rios, entre os quais estão: Catolé Grande, Catolezinho, Duas Barras, Colônia, Palmeirão, Pardo, da Onça e da Negra. A cidade se desenvolveu às margens dos meandros do rio Catolé, que a atravessa de norte a sul após a confluência do riacho das Duas Barras com o rio Catolezinho. As classes de solo predominantes são o brunizem avermelhado, latossolo vermelho amarelo álico e argissolo vermelho-amarelo eutrófico e distrófico (OLIVEIRA, 2003, p.33).

A Mata Atlântica é constituída por um conjunto de ecossistemas que ocupam faixas de larguras variadas ao longo da costa brasileira, e se

estende do Sul ao Nordeste entre os Estados do Rio Grande do Sul ao Ceará. Devido às suas dimensões, formada por ecossistemas bem diferenciados entre si, caracterizados, principalmente, pelas condições locais de clima e relevo: florestas altas e densas prosperando em terras com muita chuva (alta pluviosidade); florestas mais abertas; florestas com dominância de Pinheiro-do paraná (araucária), e florestas ocorrendo em locais marcados por uma estação seca longa ou bastante longa como é o caso da vegetação em Itapetinga. Em altitudes mais elevadas, a o predomínio de vegetações nativas de porte baixo, formadas por arbustos e plantas herbáceas. No litoral, em contato com o mar, ocorrem localmente manguezais regados com água salobra e, por outro lado, restingas em solos arenosos nunca inundados. Até o início da invasão e colonização do Brasil, a Mata Atlântica se apresentava como um conjunto de exuberantes florestas nativas e outros ecossistemas associados, cobrindo aproximadamente 1.300.000 km². Atualmente restam apenas cerca de 100.000 km² da vegetação original (ou pouco alterada), ou seja, entre 7 e 8% de remanescentes da área original” (Ministério do Movimento Agrário, 2008)



Mapa 06- climas da Bahia

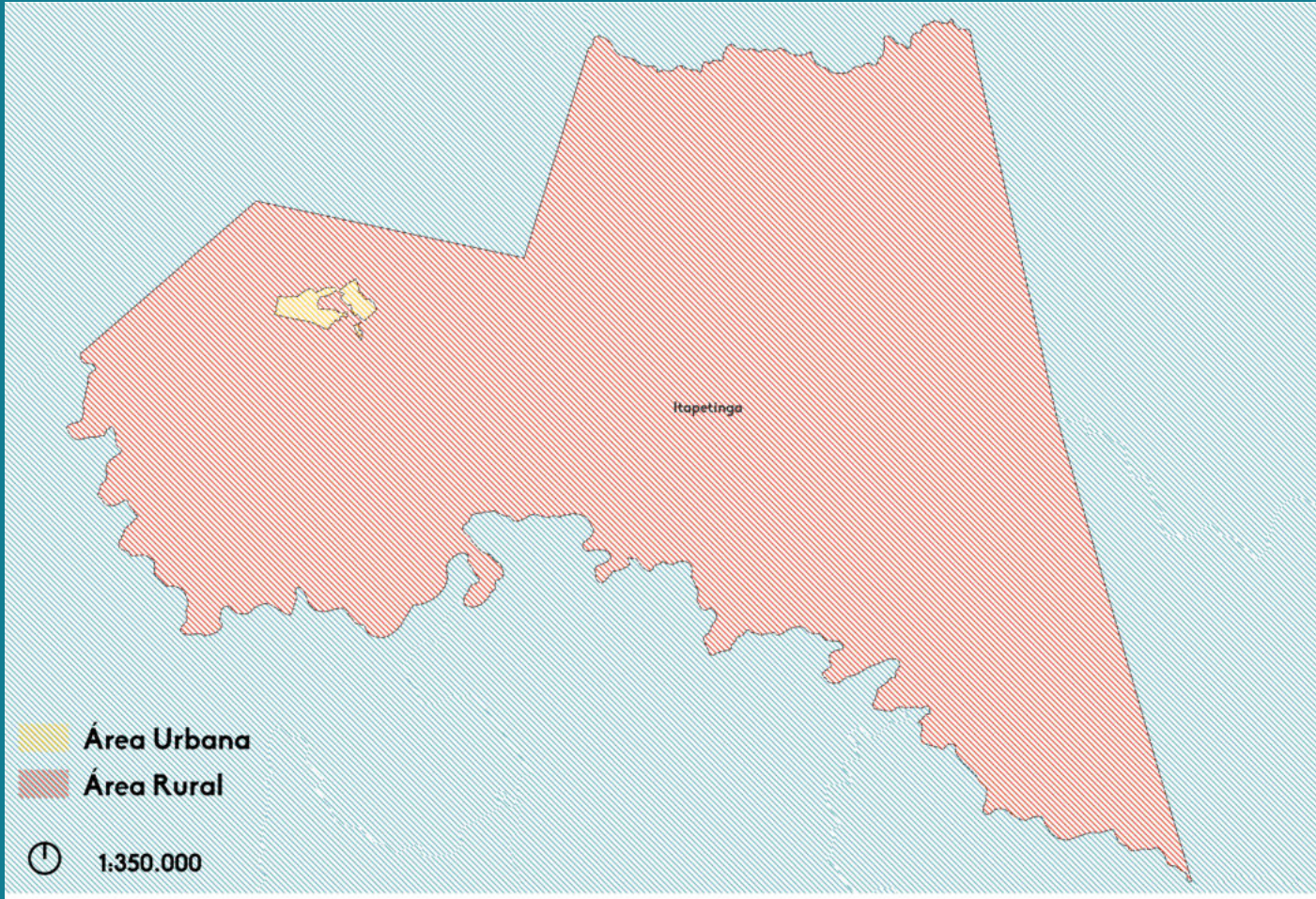


Mapa 07- biomas da Bahia

2.2.3 Economia

O município de Itapetinga ocupa uma área de 1.627,462 km², apresentando população de 77.408 habitantes, com densidade demográfica de 41,95 hab./km², de acordo com a estimativa do IBGE para 2021. É uma das cidades mais urbanizadas da Bahia, com 97% da população morando na área urbana (segundo estimativas de 2021 do IBGE). Sua extensa área rural é predominantemente ocupada por pasto, abrigando mais de 95 mil cabeças de gado e uma produção de 15 milhões de litros de leite de vaca por ano (censo agropecuário de 2020 do IBGE). Com o lema “terra firma, gado forte” o município possuía, nas décadas

de 1980 e 1990 um dos maiores rebanhos bovinos do Nordeste brasileiro e era chamada de “A Capital da Pecuária”, devido ao grande número de criadores rurais, em extensas fazendas da região. A economia de Itapetinga é movida principalmente pela pecuária, por frigoríficos, pela indústria de calçados e serviços.



Mapa 05- area urbana e rural de itapetinga



Figura 04 - gado bovino





43

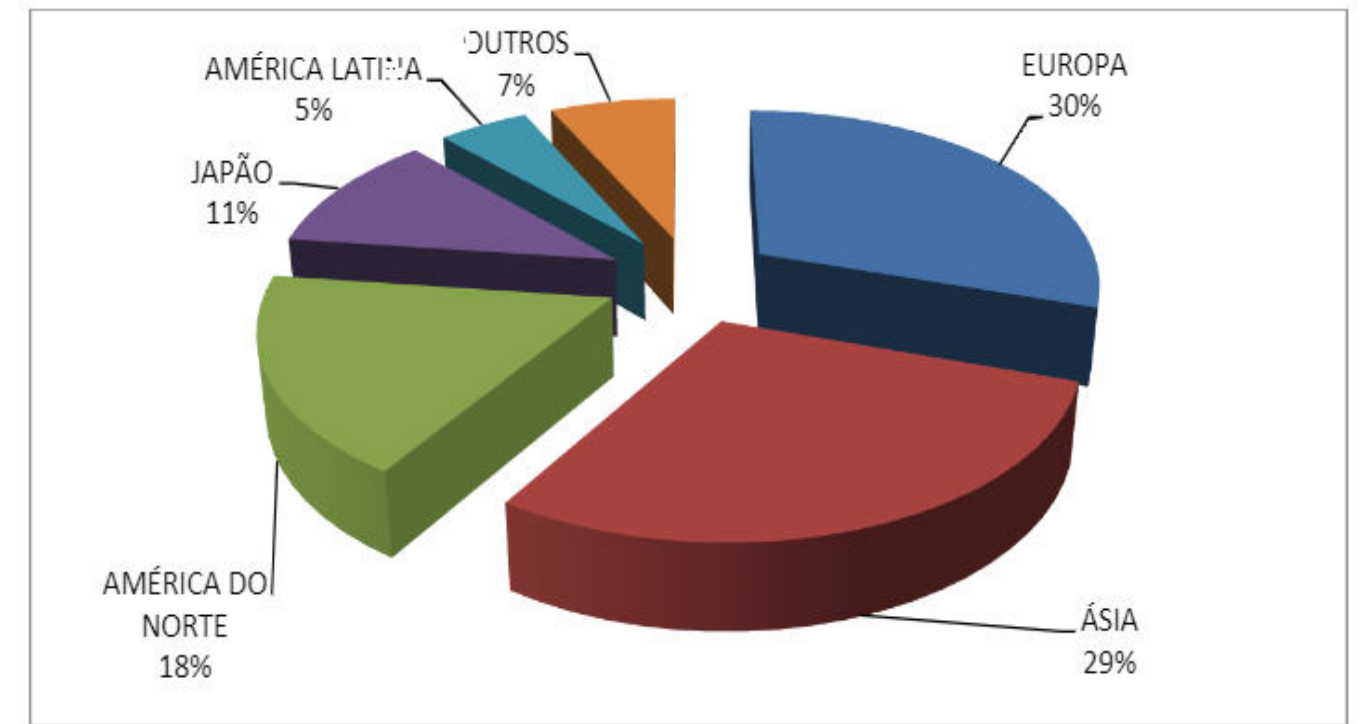


Gráfico 1 - Mercado global de medicamentos fitoterápicos em 2011 e sua distribuição de acordo com as diversas regiões geográficas. De acordo com Jaenicke. APUD. ALVES, 2013. Cortesia do professor Luis Carlos Marques

feiticeiros, considerados intermediários entre os homens e os deuses cabia a tarefa de curar os doentes, unindo-se, desse modo, magia e religião ao saber empírico das práticas de saúde, a exemplo do emprego de plantas medicinais. A era Antiga inaugurou outro enfoque, quando, a partir do pensamento hipocrático, que estabelecia relação entre ambiente e estilo de vida das pessoas, os processos de cura deixaram de ser vistos apenas com enfoque espiritual e místico. (ALVIM et al., 2006 apud FIRMO et al)."

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) 80% da população mundial ainda faz uso de alguma planta medicinal em seu dia a dia, já que e os fitoterápicos são uma prática tradicional ainda existente entre os povos de todo o mundo, e tem inclusive recebido incentivos da própria OMS, como afirma a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS (PNPIC, 2006).

Estudos desenvolvidos por Jaenicke, mostram que em 2011 o mercado de fitoterápicos atingiu o patamar de 26 bilhões de dólares, mas infelizmente com uma grande desigualdade entre as regiões e continentes. O maior mercado de fitoterápicos se encontra na

diferentes povos do continentes europeu e africano, novos saberes e novas plantas chegam ao território e muito se perdeu do que já havia sido consolidado por aqui.

Atualmente os o conhecimento de uso e preparo de plantas medicinais transpassa pela cultura popular, por comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, como também o meio científico e acadêmico tendo tantos artigos publicados sobre o tema no brasil. Para as comunidades tradicionais, o conhecimento passado de geração a geração pela cultura oral é também uma forma de resistência e preservação de sua cultura.

"Os subalternizados, por sua vez, inventam cotidianamente maneiras de construir no perrengue seus espaços de lazer, sobrevivência e sociabilidade. Muitas vezes se apropriam exatamente dos espaços disciplinados pela lógica do controle e redefinindo, as margens e nas frestas seus usos. [...] "esculhambação criativa": a capacidade de transformar territórios, espaços de controle, em terreiros - espaços de encantamento." (SIMAS, 2020, p.86)

3.1 Fitoterápicos e saberes ancestrais no Brasil

3.2 Farmácia Viva

A proposta de um equipamento público para a cidade de Itapetinga que se coloque no sentido de uma contracultura ao que já é dado pela pecuária da região, unindo fitoterápicos e os saberes de culturas ancestrais numa Farmácia viva vinculada com um centro de cura e saberes ancestrais é motivada e inspirada no depoimento acima.

Desde 2016, as políticas públicas no Brasil tem se mobilizado em favor dos fitoterápicos. Em 3 de maio de 2016 foi publicada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Portaria GM nº 971, política esta que inclui a Fitoterapia. Associado a essa publicação, e seguindo orientações que estimulavam a inserção da medicina tradicional e complementar nos sistemas de saúde, em 22 de junho de 2006 por meio do Decreto nº 5.813, foi instituída a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que tem como objetivo geral garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional. (DRESCHER E CARVALHO, 2022)

Por conta das políticas citadas a cima aliadas a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, instituída pela Resolução CNS/MS nº 338/2004, foi possível iniciar a discussão a respeito de fitoterápicos dentro do Sistema único de Saúde (SUS), para que em 2010 fosse publicada pelo Ministério da Saúde a Portaria nº 886/2010 que instituiu as Farmácias Vivas (revogada pela Portaria de Consolidação nº 5 de 28 de setembro de 2017) e em 2013 a RDC nº 18/2013 que regulamentou este serviço de Fitoterapia no SUS, trazendo o respeito aos princípios de segurança e eficácia na saúde pública e a conciliação de desenvolvimento socioeconômico e conservação ambiental (DRESCHER E CARVALHO, 2022).

Um ator crucial para o desenvolvimento da Farmácia Viva foi o professor e farmacêutico Francisco José de Abreu Matos da Universidade Federal do Ceará, que dedicou seus estudos ao conhecimento das plantas mais usadas na medicina popular do Nordeste brasileiro, aliado à comprovação científica da eficácia e segurança destas. Seu trabalho serviu de exemplo para o Ministério da Saúde, para a elaboração da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e a Portaria nº 886/2010.(DRESCHER E CARVALHO, 2022)

Segundo Nilton Netto Junior - farmacêutico chefe do Núcleo de Farmácia Viva do DF - o projeto foi criado pensando em aliar o saber tradicional das propriedades medicinais das plantas aos estudos e pesquisas que comprovam sua eficácia nos tratamentos de doenças. A farmácia viva é um modelo de farmacia dentro do contexto da Assistência Farmacêutica Nacional e é responsável por todas as etapas, que incluem cultivo, coleta, processamento, armazenamento, manipulação e dispensação das preparações, como também por oficinas de plantas medicinais e fitoterápicos para profissionais da saúde e para a população em geral.



O farmacêutico chefe do Núcleo de Farmácia Viva do Distrito Federal explica que:

“Os fitoterápicos fazem parte das políticas públicas em plantas medicinais do Brasil. Eles estão inseridos no contexto da Atenção Básica em Saúde não só pela valorização do conhecimento tradicional e da biodiversidade brasileira, como também pela possibilidade de oferecer à população uma proposta de tratamento que consiga fazer com que o conhecimento tradicional e a ciência perpetuem-se. Garantir medicamentos fitoterápicos, produzidos a partir de plantas medicinais e da maneira mais natural possível, é uma forma de promoção à saúde, afinal, os efeitos estão comprovados há centenas de anos pelo seu popular e conhecimentos tradicionais.”(NETTO, 2020)

A metodologia utilizada para implantação de uma unidade de Farmácia Viva pode ser realizada por meio de três níveis de complexidade aprovados pelo ministério da saúde, segundo a SESA (Secretaria de Saúde do Estado do Ceará), eles são:

FARMÁCIA VIVA I – neste modelo, são instaladas hortas de plantas medicinais em unidades de Farmácias Vivas comunitárias e/ou unidades básicas de saúde (UBS) do SUS, tornando acessível à população assistida pela equipe de saúde, de forma segura, a planta medicinal in natura, bem como orientações sobre a correta preparação e a indicação dos remédios caseiros;

FARMÁCIA VIVA II – a Farmácia Viva II deve possuir uma estrutura de processamento de matéria prima vegetal para que, além das atividades previstas no modelo I, seja capaz de realizar a produção e a dispensação de plantas medicinais secas (droga vegetal), de forma a tornar acessível à comunidade a planta medicinal seca/droga vegetal. A matéria-prima vegetal será submetida às operações primárias em áreas específicas, de acordo com as Boas Práticas de Processamento (BPP), e poderá também ser produzida por meio do desenvolvimento da agricultura familiar credenciada.

FARMÁCIA VIVA III – além das atividades realizadas nos modelos I e II, neste ocorre a preparação de “fitoterápicos padronizados”, preparados de acordo com as Boas Práticas de Preparação de Fitoterápicos (BPPF), objetivando o abastecimento de unidades públicas de saúde. (SESA, secretaria de saúde do estado do Ceará)

Segundo o site no Ministério da Saúde, somente em 2020 foram investidos R\$7,9 milhões em projetos para melhoria do acesso da população a medicamentos fitoterápicos, por meio da estruturação de Farmácias Vivas. Nesse sentido, o Ministério da Saúde já apoiou 134 projetos com recursos financeiros destinados à cadeia produtiva de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos.

3.2.1 Farmacia viva do Distrito Federal



Figura 13- farmacia viva DF

O que hoje é conhecida como Farmácia Viva, serviço de saúde da assistência farmacêutica em Brasília, surgiu em 1989 como iniciativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) com o Projeto de Fitoterapia como parte do Programa de Desenvolvimento de Terapias Não Convencionais no Sistema de Saúde. Em 2013 o projeto se oficializou como Núcleo de Farmácia Viva, subordinado à Diretoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, por meio do Decreto Nº 32.213, de 14 de março de 2013.

Atualmente a área física do núcleo da FV corresponde a 7200 m² com área edificada em torno de 788 m², é situado no mesmo terreno que o Instituto de Saúde Mental, no Riacho Fundo I, e desenvolve todas as etapas da cadeia produtiva de fitoterápicos, com equipe de 4 farmacêuticos e 10 técnicos mantendo o cultivo próprio de sete espécies vegetais medicinais e produzindo nove fitoterápicos oficiais, são eles:

- 1) Xarope de guaco (*Mikania laevigata*);
- 2) Tintura de guaco (*Mikania laevigata*);
- 3) Chá medicinal de guaco (*Mikania laevigata*);
- 4) Tintura de boldo nacional (*Plectranthus barbatus*);
- 5) Tintura de funcho (*Foeniculum vulgare*);
- 6) Gel de erva baleeira (*Cordia verbenacea*);
- 7) Gel de confrei (*Symphytum officinale*);
- 8) Gel de babosa (*Aloe vera*);
- 9) Gel de alecrim pimenta (*Lippia sidoides*).



Figura 13- farmacia viva DF

3.1.2 Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária 4 Varas (MISMEC): Comunidade que Cuida

O Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária (MISMEC), Projeto 4 Varas: Terapia Comunitária Integrativa é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e base comunitária, localizado juntamente com uma unidade de atenção primária à saúde, e com uma farmácia viva na comunidade do PIRAMBU, de frente para o mar na cidade de Fortaleza, Ceará. As instituições em conjunto atendem a saúde física e mental da comunidade de forma sistêmica e integrada. Caracterizado como projeto interdisciplinar e transcultural recebe apoio do Departamento de Saúde Comunitária da Pró – Reitoria de Extensão da UFC – Universidade Federal do Ceará.

Tudo começou em 1980 com uma parceria do advogado popular Airton Barreto, ativista dos direitos humanos, com seu irmão, o médico psiquiatra Adalberto Barreto, professor na Universidade Federal do Ceará, na busca de diminuir os sofrimentos que afligiam a comunidade do Pirambu. 42 anos depois a metodologia desenvolvida se consolidou em todos os estados brasileiros e foi implantada em 27 países. Segundo os fundadores o grande objetivo da entidade é valorizar as experiências e as competências individuais e coletivas, abrigando culturas indígenas, de origem africana e popular juntamente com os saberes científicos em prol do bem da comunidade. O espaço físico é em sua maioria composto por ambientes circulares e de materiais naturais de forma a incentivar a troca horizontal de saberes e acolher a todos.



Figura 17- MISMEC 4 varas



Figura 18- MISMEC 4 varas

3.1.3 Farmácia viva e Cannabis

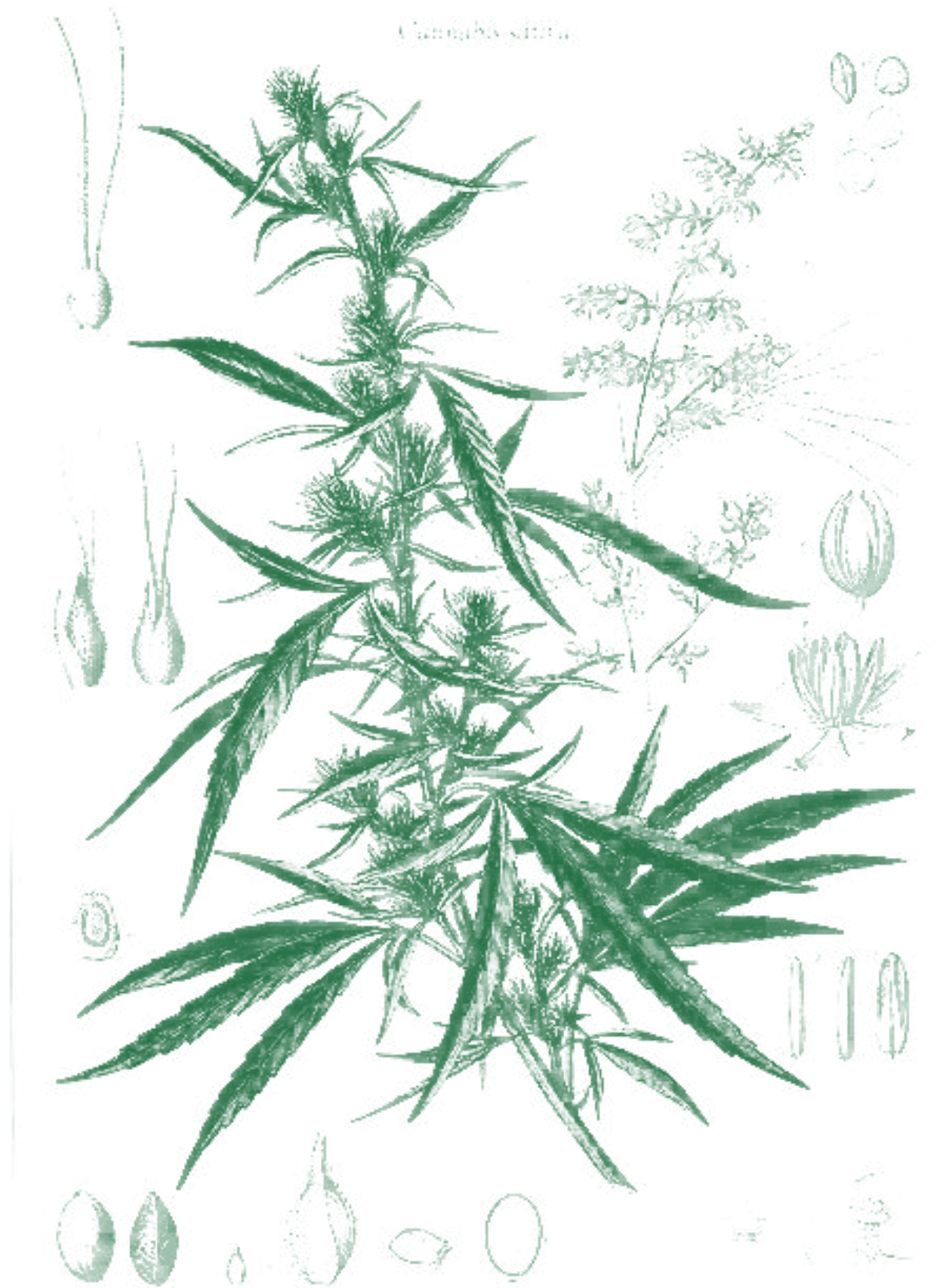
O uso medicinal e terapêutico da maconha e seus princípios ativos vêm sendo cada vez mais discutido e aceito. No mundo todo, diversas são as pesquisas sobre as propriedades medicinais dessa planta, apenas na Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos, a PubMed, são mais de oito mil pesquisas sobre a temática.

O composto mais estudado é o canabidiol (CBD) que já é reconhecido como tratamento de vários distúrbios como epilepsia refratária, Parkinson, ansiedade, insônia, depressão, inflamações, doenças reumáticas, autismo, glaucoma, doença de Alzheimer, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), esclerose múltipla e fibromialgia. Além do CBD, a cannabis apresenta mais de 100 compostos canabinóides entre eles o tetra-hidrocarbinol (THC) que é frequentemente demonizado por seus efeitos alucinógenos. No entanto, o THC tem sido de fundamental importância para o tratamento de transtorno bipolar e alzheimer que, ao contrário do que já foi difundido no passado, não “destrói neurônios” e sim ajuda na reconstrução da bainha de mielina possibilitando regressão de doenças neurológicas.

Além dos canabinóides isolados, tem-se intensificado na comunidade científica os estudos a respeito do efeito entourage, ou o efeito comitiva, no qual ao serem administrados em conjunto os canabinóides se auto regulam. Isso significa dizer que, um medicamento rico em CBD mas com baixas concentrações dos demais compostos, possibilita administração de doses menos concentradas em relação ao medicamento de canabidiol isolado.

É justamente nos fitoterápicos à base de maconha, que podem ser extraídos de forma artesanal, que é possível encontrar todos os diversos canabinóides presentes na planta, ao contrário dos medicamentos feitos em laboratório.

Em 2015 foi aceito e regularizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a importação de produtos à base de canabidiol e outros canabinóides, que passa a ser possível de ser realizada por pessoas físicas contando que seja

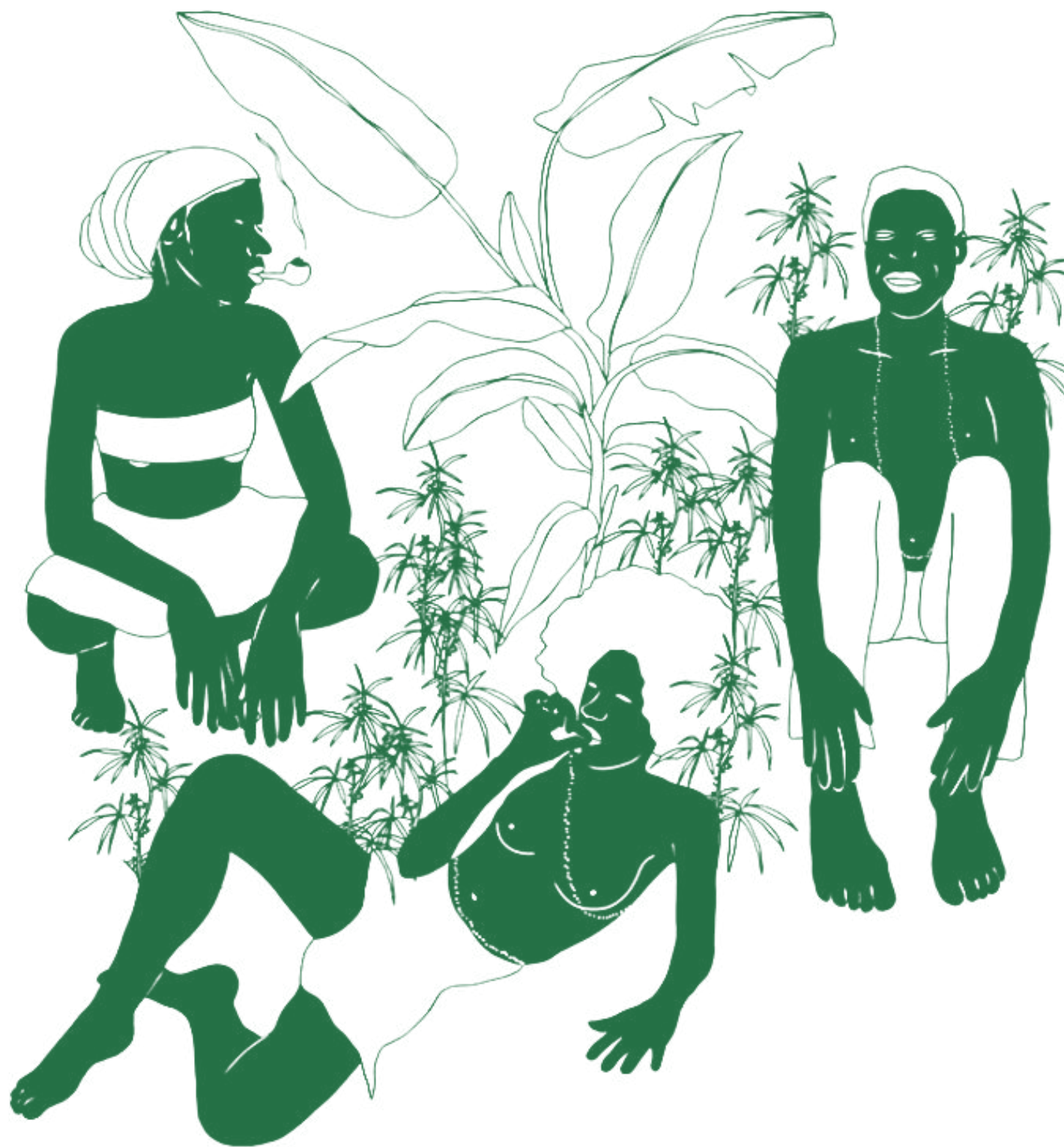


prescrito por profissional legalmente habilitado. Em 2020, mais de 15 mil pessoas entraram com pedidos para importação individual. Isso representa um aumento de 1.766,1% em cinco anos. O maior problema é que as burocracias e custos elevados do tratamento via importação o tornam inviável para grande parte da população. Além da possibilidade de importação existem também as associações que distribuem óleo de CBD a preço de custo. No entanto, a iniciativa não é suficiente para suprir a demanda de cerca de 700 mil pacientes que poderiam se beneficiar do tratamento com cannabis.

Por conta disso, o PL 399/2015, elaborado pelo deputado federal Luciano Ducci, apresenta em seu texto a incorporação e distribuição de produtos de cannabis pelo SUS, por meio da Farmácia Viva. Segundo o Deputado Paulo Teixeira, Presidente da Comissão Especial dos Medicamentos Formulados com Cannabis “O governo não terá de comprar insumos de ninguém. Para isso tem a Farmácia Viva, que irá cultivar a Cannabis e produzir produtos derivados”. A exemplo disso, no Uruguai essa já é uma realidade, uma vez que o país tem parte da distribuição de cannabis feita por farmácias comunitárias.

A Constituição Federal Brasileira afirma que é dever do Estado garantir, mediante políticas públicas sociais e econômicas, o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. O PL 399/2015, ao trazer a maconha e seus derivados para dentro da Farmácia Viva, cumpre com o direito de acesso a esses tratamentos. Por conta das extrações artesanais dos óleos de cannabis serem consideradas conceitualmente fitoterápicos, eles se encaixam perfeitamente nos requisitos do Programa Farmácia Viva, se mostrando como uma alternativa viável para ampliar o acesso a esses tratamentos, ainda tão marginalizados na opinião pública.

A história da cannabis sativa no território brasileiro tem início com a invasão portuguesa e espanhola na América uma vez que se trata de



uma planta exótica, ou seja, não natural do Brasil. Segundo documento oficial do governo brasileiro (Ministério das Relações Exteriores, 1959) as primeiras sementes chegaram ao território nacional em 1549 trazidas nos convés dos navios pelos povos escravizados. Seu uso foi disseminado rapidamente entre os negros e os indígenas brasileiros, que passaram a cultivá-la e inseri-la em sua cultura (CARLINI, 2006).

Séculos depois, a planta se tornou popular entre intelectuais franceses e médicos ingleses e passou a ser considerada no Brasil um excelente medicamento indicado para muitos males, sendo amplamente utilizada em todas as classes sociais. Segundo o professor Elisaldo Carlini, foi só em 1930 que a maconha e seus usuários passaram a ser perseguidos em todo território brasileiro, mas cabe lembrar que ela já era proibida na cidade do Rio de Janeiro desde 1830, com a primeira lei do mundo a criminalizar o uso da erva, no mesmo contexto da lei de vadiagem, com o propósito de controle social perante os meios de trabalho e o raro lazer da classe oprimida.

Atualmente a luta pela legalização da maconha está expressivamente ligada, não só ao seu uso medicinal, como também a luta anti racista, visto que, segundo a revista Carta Capital, em 2017 32,6% da população carcerária do país era condenada por tráfico de drogas e, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2016, 64% da população carcerária brasileira é preta. A legalização da cannabis no Brasil não é somente uma questão de saúde pública, é também uma questão social, racial e política.

3.2 Plantio da Farmácia viva

Para a produção das matérias primas dos fitoterápicos produzidos na farmácia viva, foi escolhido o sistema Agroflorestal, por possibilitar um melhor uso da terra e da área disponível inicialmente.

Nas produções científicas a agroecologia está presente desde 1920 e vem tomando espaço nas práticas de agricultura familiar, movimentos sociais camponeses e urbanos e outros diversos públicos ao redor do mundo, como a ONU (organização das nações unidas). Segundo Teixeira da Silva, et al, (2014) o que hoje em dia é conhecido como Sistema AgroFlorestal (SAF) foi inicialmente desenvolvido pelos povos originários, que mimetizam a estrutura da floresta para produção de alimentos.

“A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o projeto e gestão de agroecossistemas que são produtivos e conservam os recursos naturais... e que também são culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis” (ALTIERI 1995).

O princípio dos sistemas agroflorestais é a integração da agricultura com a floresta, buscando manter as lógicas de sucessão, estratificação e diversidade observadas na natureza, possibilitando a recuperação de solos degradados, maior aproveitamento da área produtiva como um todo em comparação com a monocultura. A diversidade de espécies ajuda no crescimento do meio como um todo, já que diferentes plantas precisam de diferentes nutrientes e devolvem diferentes substâncias para a terra, dessa forma tornam o espaço mais produtivo e mais eficiente.

Quando uma área desmatada se recupera naturalmente, ocorre a sucessão vegetal, que é a sequência do desenvolvimento natural de um ecossistema de floresta, com ciclos diferentes de plantas que preparam a terra para o desenvolvimento de outras até a chegada do equilíbrio do ecossistema, ou climax.

Pensando nessa sucessão vegetal, os SAFs costumam ser divididos em 4 ciclos de etapa de desenvolvimento: colonizadoras, pioneiras, secundárias e clímax. Plantas colonizadoras, em sua maioria são gramíneas ou leguminosas, plantas pioneiras, tem crescimento rápido e curto ciclo de vida como Milho, feijão, verduras, arroz, plantas secundárias iniciais, que começam a estabelecer um sub-bosque de floresta e apresentam ciclo de vida mais longo (Mandiocas,

mamão, araruta, banana e várias árvores para lenha de ciclo rápido) , secundárias tardias caracterizando a formação do sub bosque da floresta,(café, citrus, abacate, goiaba, jabuticaba e árvores para lenha de ciclo um pouco mais longo) Climax ou Primárias- São as árvores de maior estrato e altura, e os maiores ciclos de vida, como seringueira, cajá, jaca, castanheira, teca, etc.

Numa mesma área de floresta, existem espécies com diferentes características, entre elas diferentes alturas e porte, na agrofloresta esses diferentes “andares” ocupados pelas plantas são chamados de estrato, e as plantas são divididas entre Emergentes, Altas, Médias e Baixas.

Outra característica primordial dos SAFs é o manejo, caracterizada pela poda e reciclagem da matéria orgânica dentro dos canteiros. A poda é muito importante em várias fases de um cultivo: no crescimento, na hora de dar frutos, de acordo com o clima e com o tempo de um SAF. O manejo é responsável por gerar a camada de folhas secas que aumenta a qualidade do solo, produzir sombra e abafamento, a poda também ajuda a melhorar a iluminação e ventilação para as plantas.

O cultivo das plantas medicinais e de poder utilizadas no centro cura e saberes ancestrais será feito por meio de um quintal agroflorestal “estendido”, que é caracterizado como a área destinada ao plantio de um conjunto de espécies de plantas, como frutíferas, medicinais, palmeiras, ornamentais, além de cultivos alimentares, com manejo do centro Ossos do office curumim mas aberto a participação de toda a comunidade, com oficinas de técnicas de manejo e plantio, como também mutirões. O plantio será feito inicialmente por muvuca, tecnologia indígena, que consiste na mistura de mais de 30 variedades de sementes de espécies que se desenvolvem em diferentes estratos e em diferentes ciclos.

A através de suas experiências na agroecologia, o instituto das águas da serra da boqueta traz que:

“Já as funções socioculturais dos quintais não têm recebido muito atenção. Porém, em muitas regiões, os quintais fornecem uma variedade de plantas que são empregadas em rituais e cerimônias, como também plantas de uso medicinal. Essas plantas desempenham uma importante função na vida das pessoas .”(INSTITUTO DAS ÁGUAS DA SERRA DA BODOQUENA, 2009)



4. Centro de cura, saberes ancestrais e farmácia viva - Ossos do office-curumim



4.1 O terreno e os arredores

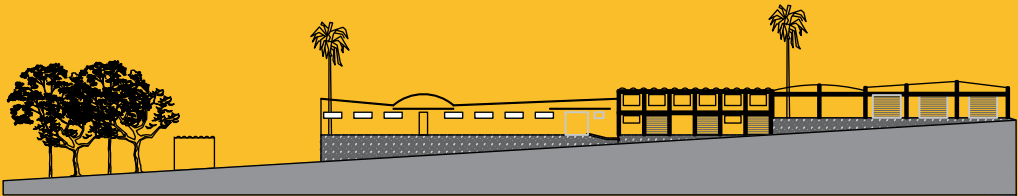
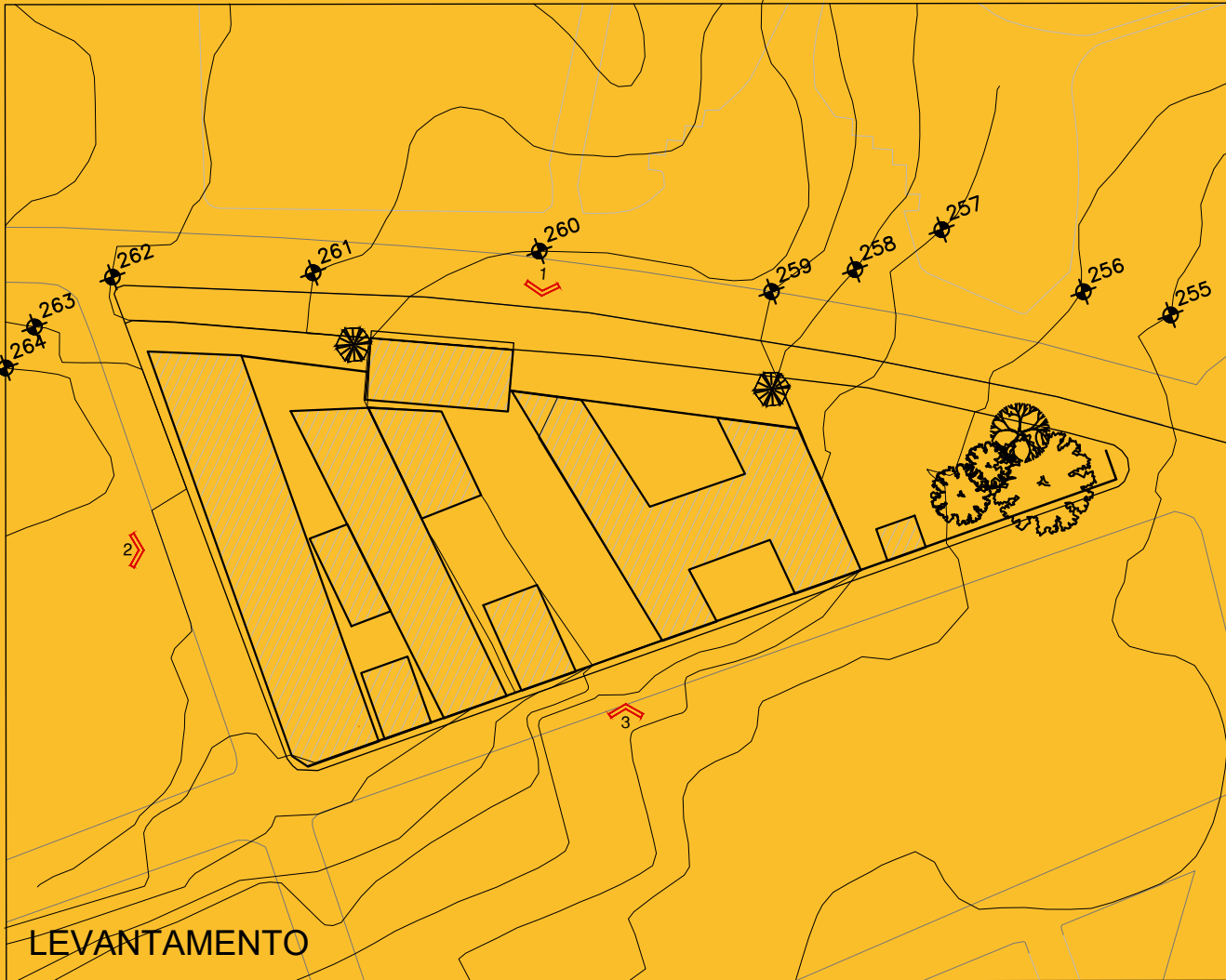


O terreno de implantação do centro de cura e saberes ancestrais e farmácia viva, Ossos do office-curumim, tem formato triangular e conta com 5.518,25 m², entre galpões abandonados, áreas livres e áreas verdes. É delimitado pelas ruas Antônio Riachão, José de S. Paim e Avenida Itabuna, que cruza o rio Catolé e articula as suas duas margens, possibilitando ligação entre o centro e os bairros periféricos de Itapetinga, como Vila Rosa, Vila Suzano, Vila Riachão, Hilda Gama, Vila Aurora e Clerolândia, bem como do IF Baiano e da BR 130. Além disso, ao lado do terreno escolhido na avenida Itabuna está localizado o Parque Municipal da Matinha, que conta com vastos bosques de plantas nativas e com o Parque Zoológico da cidade. Já na Rua Antônio Riachão está o centro integrado de saúde Orfisa Andrade, e na rua de baixo, Josué Nobre está a rodoviária de Itapetinga.

O terreno foi escolhido com base na potencialidade de sua localização, estando relativamente próximo do centro e da periferia, junto a um parque e um centro consolidado de saúde que podem complementar as práticas desenvolvidas no centro além de ser de fácil acesso para outras cidades da região, consolidando um equipamento público com potencial caráter regional.



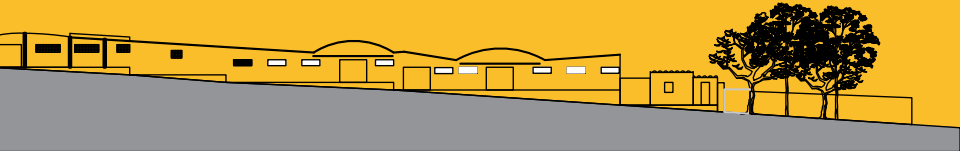
4.2 Levantamento



Elevação 01

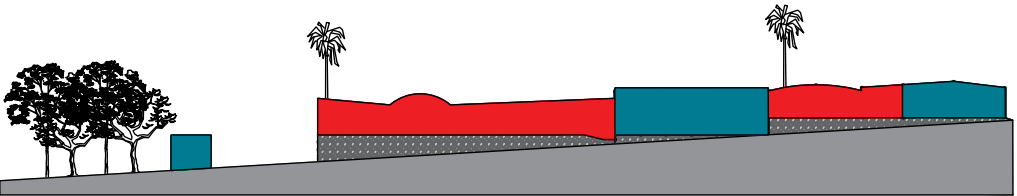


Elevação 02



Elevação 03

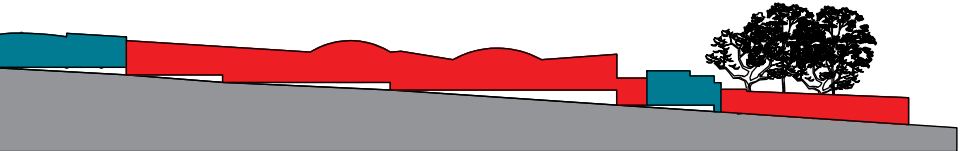
4.2.1 A demolir e a reformar



Elevação 01



Elevação 02



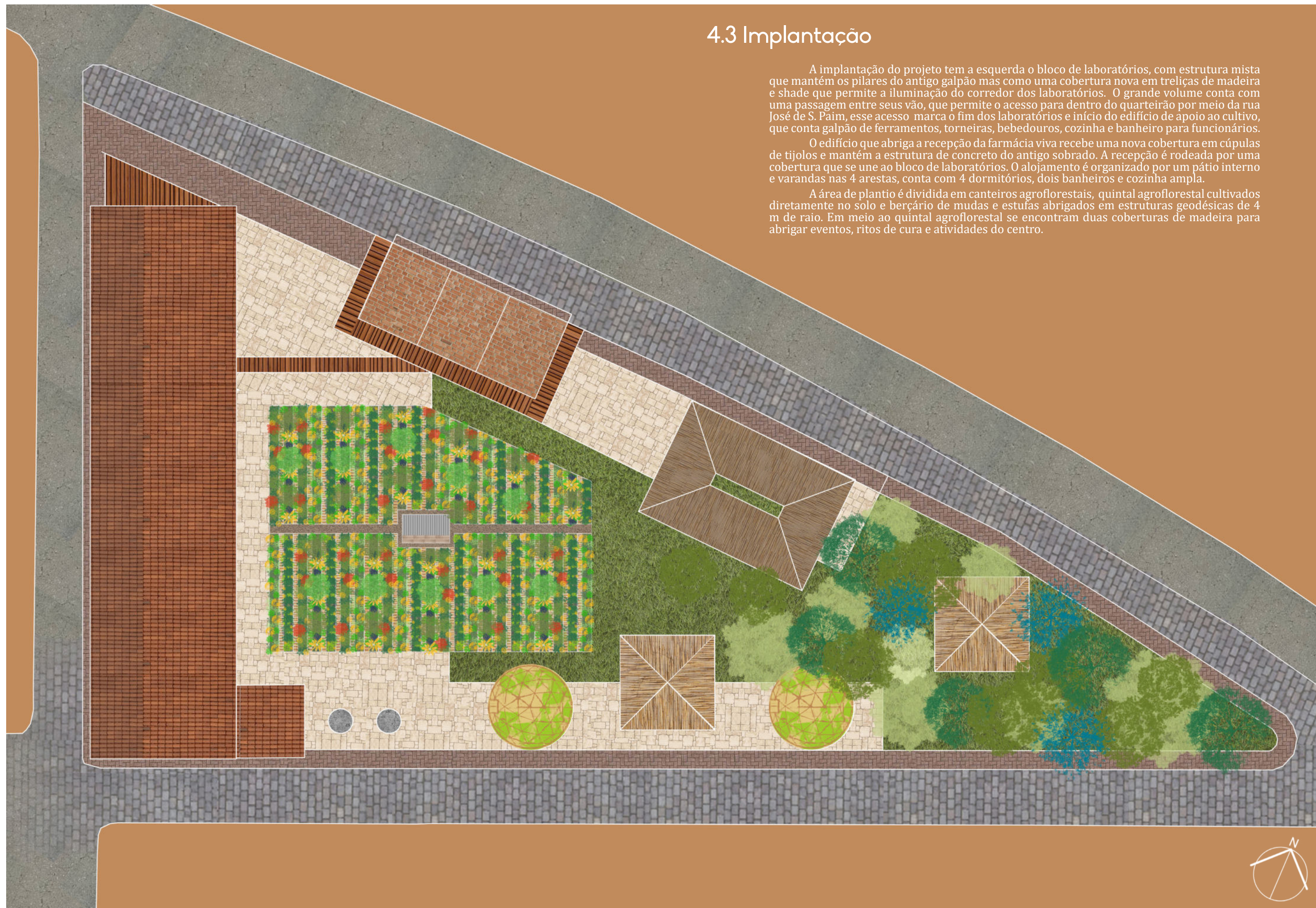
Elevação 03

4.3 Implantação

A implantação do projeto tem a esquerda o bloco de laboratórios, com estrutura mista que mantém os pilares do antigo galpão mas como uma cobertura nova em treliças de madeira e shade que permite a iluminação do corredor dos laboratórios. O grande volume conta com uma passagem entre seus vãos, que permite o acesso para dentro do quarteirão por meio da rua José de S. Paim, esse acesso marca o fim dos laboratórios e início do edifício de apoio ao cultivo, que conta galpão de ferramentas, torneiras, bebedouros, cozinha e banheiro para funcionários.

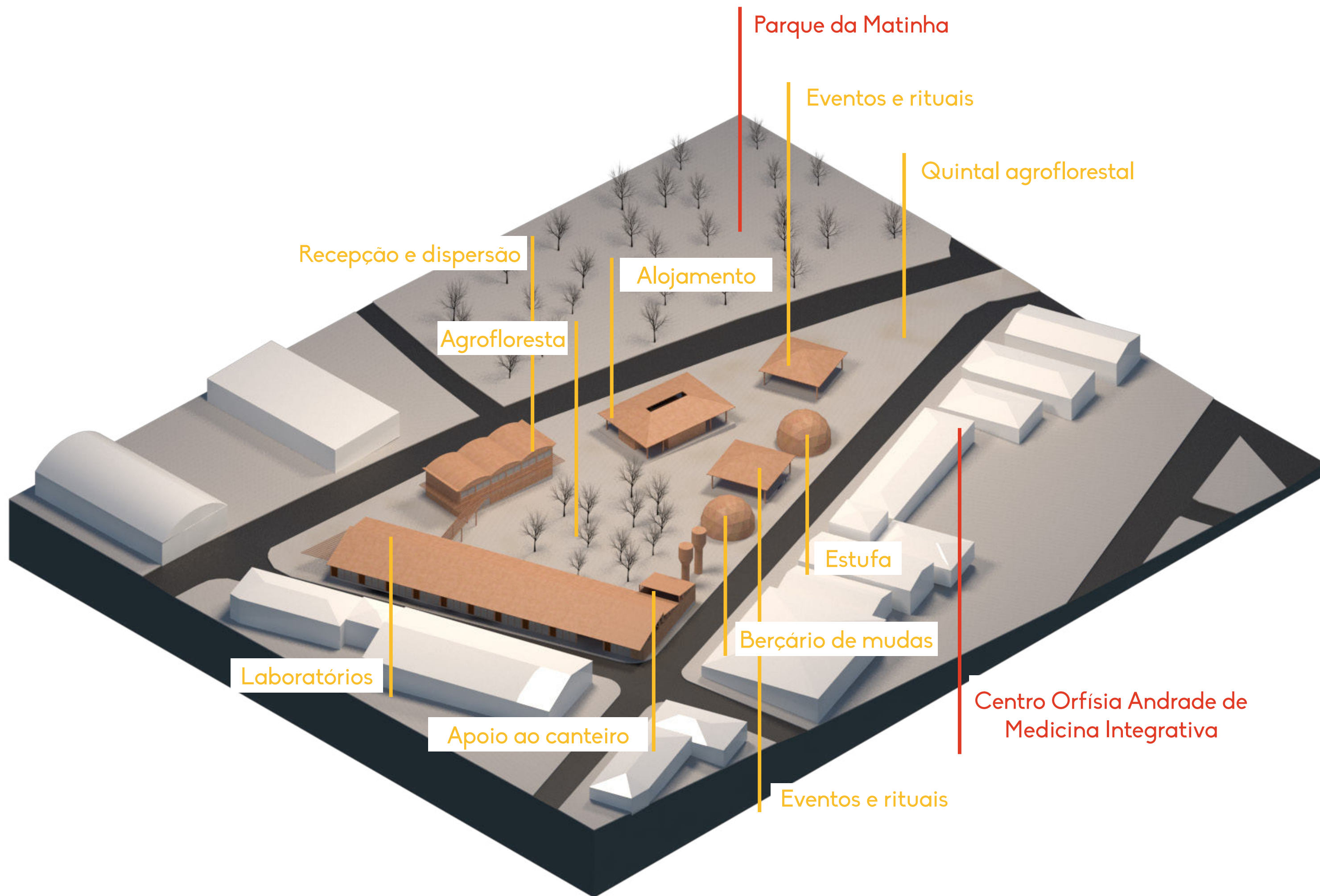
O edifício que abriga a recepção da farmácia viva recebe uma nova cobertura em cúpulas de tijolos e mantém a estrutura de concreto do antigo sobrado. A recepção é rodeada por uma cobertura que se une ao bloco de laboratórios. O alojamento é organizado por um pátio interno e varandas nas 4 arestas, conta com 4 dormitórios, dois banheiros e cozinha ampla.

A área de plantio é dividida em canteiros agroflorestais, quintal agroflorestal cultivados diretamente no solo e berçário de mudas e estufas abrigados em estruturas geodésicas de 4 m de raio. Em meio ao quintal agroflorestal se encontram duas coberturas de madeira para abrigar eventos, ritos de cura e atividades do centro.



4.4 Programa









4.4.1 Agrofloresta

Para a implantação da Agrofloresta como projetada, inicialmente são necessárias culturas de plantas colonizadoras visto que o solo era antes compactado e sem matéria orgânica. Para isso a terra é cavada e remexida e posteriormente montado os canteiros e os caminhos, tendo respectivamente 1 metro e 0,5 m, como recomendado por João Paulo Becker Lotufo Junior. Essa primeira cultura de plantas pode ser chamada de coquetel de adubos verdes, contando com leguminosas como feijão-de-porco, crotalária, feijão guandu, mucuna, flor do mel e não leguminosas como milheto, sorgo, aveia preta, nabo forrageiro, mamona, girassol, rendendo nutrientes para o solo e consolidando a primeira etapa de sucessão vegetal.

As laterais do canteiro são mais altas do que o interior, retendo umidade. As linhas de canteiro seguem a ordem, 1 linha de árvores, 3 linhas de hortaliças, sendo a linha de árvores composta por Copaiba, mandioca, graviola, bananeira e aroeira, uma linha de hortaliça é composta por Maconha, Carqueja, feijão e girassol, a outra Mastruz, Quiabo, Margaridão e por último mandioca Traçagem, mamão, cacau e romã.



4.4.2 Plantas escolhidas



Para compor as plantas que serão cultivadas nos canteiros agroflorestais da farmácia viva foi feito um levantamento das plantas medicinais mais utilizadas na região, dando foco para aldeias indígenas Pataxó e Tupinambá e comunidades quilombolas, com o amparo do texto “Práticas e Dosagens Tradicionais da Medicina Pataxó da Aldeia Boca da Mata” de Joseane Ponçada Santana, o artigo “O olhar das índias da aldeia Tupinambá Igalha sobre as plantas medicinais” de Rilvaynia Dantas Soares et al., pelo artigo “Uso popular de plantas medicinais por mulheres da comunidade quilombola de Furadinho em Vitória da Conquista, Bahia, Brasil” de e o artigo “Levantamento sobre Plantas Medicinais dos Indígenas Pataxó” de Tiago Carvalho Lima et al.

Dentre esse levantamento de plantas medicinais foram selecionadas quais também estão presentes na lista divulgada pelo Ministério da saúde como plantas medicinais de interesse ao SUS (2009), e entre essa nova amostragem foram escolhidas as plantas com maior incidência nos textos e artigos citados. As plantas medicinais previamente selecionadas foram: Copaliba, mastruz, traçagem e carqueja.

Para acompanhar as 4 primeiras nos SAFs foram selecionadas mais 9 plantas pensando nos diferentes ciclos de sucessão e ocupação dos estratos da agrofloresta dando prioridades para plantas medicinais citadas em algumas das referências e no levantamento do SUS. Dessa forma os SAFs são compostos por:

CARQUEJA (<i>Baccharis trimera</i>)		
Bioma	Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa	
Características Gerais	É um subarbusto de vegetação campestre e que apresenta como característica a formação de densas populações em habitats abertos.	
Tamanho	até 1 m de altura	
Ciclo	Pioneira I	
Estrato que ocupa no SAF	Baixo	
Espaçamento	0,4 x 1 m	
Quem faz o uso	comunidade Remanescente de Quilombo de Furadinho	PATAXÓ, (Aldeia Alegria Nova, Tibá, Coroa Vermelha, Agricultura, Mata Medonha e Águas Belas)
Pra que serve	diabetes	inflamação da garganta, fígado, icterícia, afecções urinárias, feridas, distúrbios na circulação, diabetes
Como preparar	Ramo em água	

MACONHA (<i>Cannabis sativa</i>)	
Bioma	Cerrado e Mata Atlântica
Características Gerais	O arbusto de maconha se desenvolve melhor em regiões temperadas e tropicais.
Tamanho	até 4 m de altura
Ciclo	Secundária I
Estrato que ocupa no SAF	Médio
Espaçamento	1 m entre arbustos

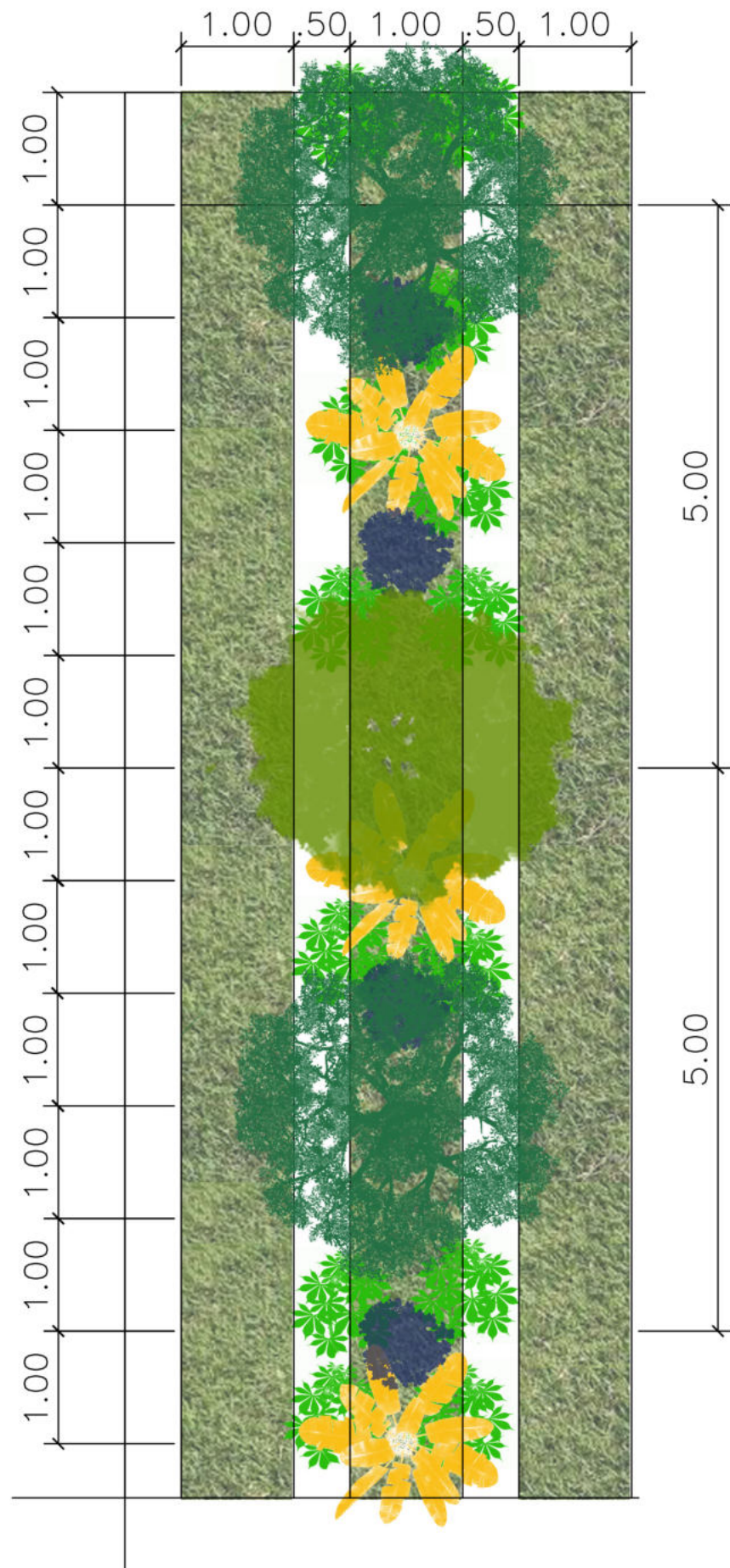
TRAÇAGEM (<i>Plantago major</i>)		
Bioma	Mata Atlântica, Pampa	
Características Gerais	São plantas encontradas em dunas e apresentam preferência por locais secos e com boa iluminação solar. Por conta disso, são plantas que têm adaptações para enfrentar períodos de seca.	
Tamanho	de 10 a 40 cm de altura	
Ciclo	Pioneira I	
Estrato que ocupa no SAF	Baixo	
Espaçamento	0,3 x 0,3 m	
Quem faz o uso	PATAXÓ, aldeia povo da mata	Comunidade Remanescente de Quilombo de Furadinho
Pra que serve	infecção urinaria, e dores nos rins	Inflamações
Como preparar	de três a quatro folhas e fervidas por 10 minutos. Tomar varias vezes ao dia.	suco de folhas

<div>COPAIBA</div> <div>(<i>Copaifera langsdorffii</i>)</div>		
Bioma	Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado	
Características Gerais	A copaiba é uma árvore de ciclo perene da família das leguminosas, encontrada na região tropical da América Latina e África Ocidental	
Tamanho	de 20 a 50 m de altura	
Ciclo	Secundária II	
Estrato que ocupa no SAF	Alto	
Espaçamento	4 a 5 m entre árvores	
Quem faz o uso	PATAXÓ, aldeia povo da mata	PATAXÓ, (Aldeia Alegria Nova, Tibá, Coroa Vermelha, Agricultura, Mata Medonha e Águas Belas)
Pra que serve	gastrite, ferrimentos e cicatrização	catarro vesical e pulmonar,desin-teiras,bronquites, dermatoses variadas,sinusites,a-migdalites,anti-séptico das urinárias,gastri-tes,reumatismo, inflamação de útero e ovário,ble-norragia e leucorréia,vesícula
Como preparar	Para gastrite tomar o oleo junto com sumo de couve roxa, para fer-riemtnso e cicatrização massagem com o oleo	

<div>MASTRUZ</div> <div>(<i>Chenopodium ambrosioides</i>)</div>				
Bioma	Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica			
Características Gerais	Planta subarbastiva, olorosa, de caule ereto, as-cendente, muito ramificado, verde ou púrpura			
Tamanho	até 1 m de altura			
Ciclo	Pioneira I			
Estrato que ocupa no SAF	Baixo			
Espaçamento	0,5 x 0,5 m			
Quem faz o uso	PATAXÓ, aldeia povo da mata	comunidade Remanescente de Qui-lombo de Furadinho	aldeia tupinambá Igalha e Olivença	PATAXÓ, (Aldeia Alegria Nova, Tibá, Coroa Vermelha, Agricultura, Mata Medonha e Águas Belas)
Pra que serve	inflamação da garganta, fígado, icterícia, afecções uri-nárias, feridas, distúrbios na circulação, diabetes	Verme, machucado	Ainti-inflamatório	fortalecedor pulmonar, gas-trite e cicatrizante.
Como preparar	Chá ou sumo, a depender da função	Suco das folhas	Chá e folhas maceradas	

O Centro de Cura, Saberes Ancestrais e Farmácia Viva Ossos do Office-Curumim produz a matéria prima utilizada nos fitoterápicos da farmácia por meio de canteiros agroflorestais com 5 culturas de SAF, ja as a plantas medicinais utilizados nas áreas e eventos e ritos de cura e proveniente majoritariamente do quintal agroflorestal. Juntamente com com as plantas medicinais são cultivadas outras variedades de plantas, entre eles frutas, e legumes que são disponibilizados para a população do bairro.

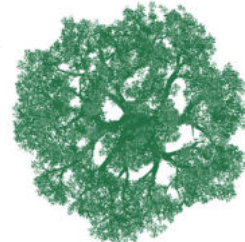
SAF 1 - carro chefe Copaíba



aroeira



copaíba



mandioca



graviola



bananeira



traçagem



cacau



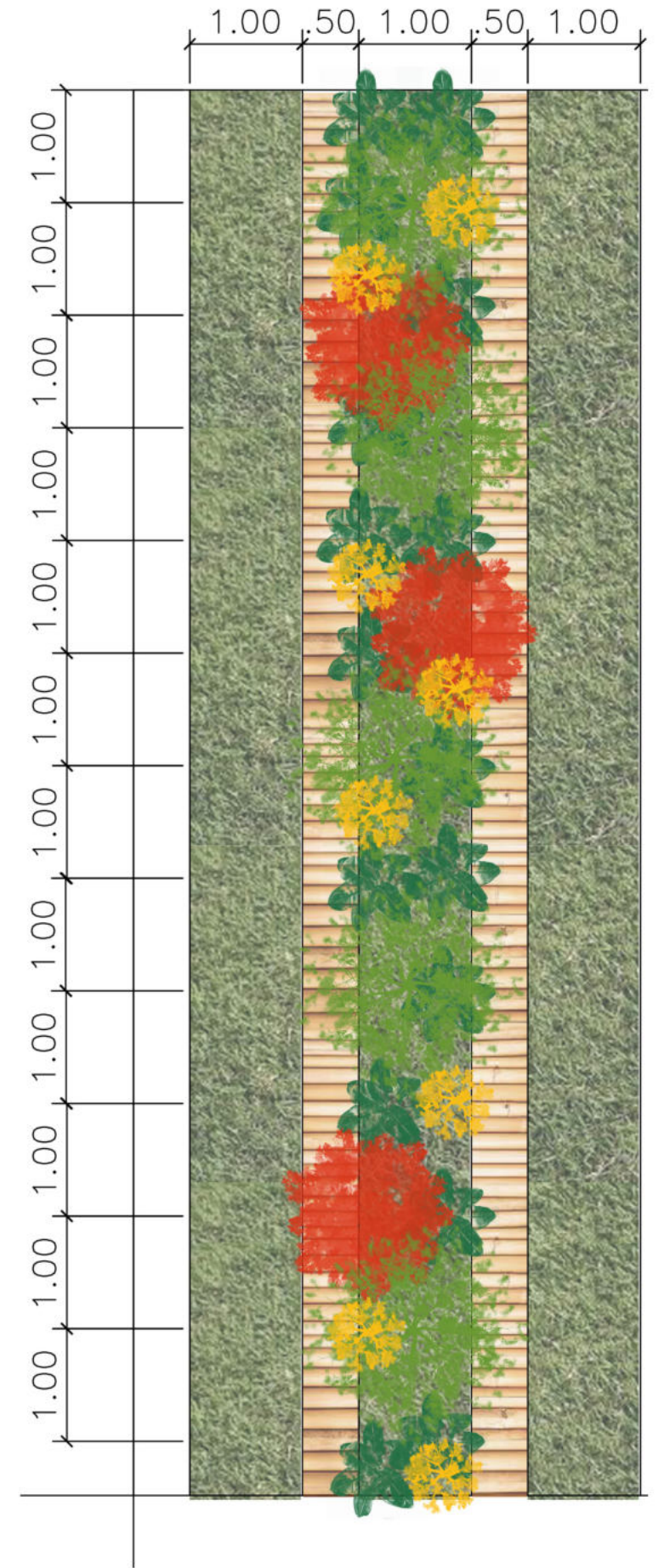
mamão



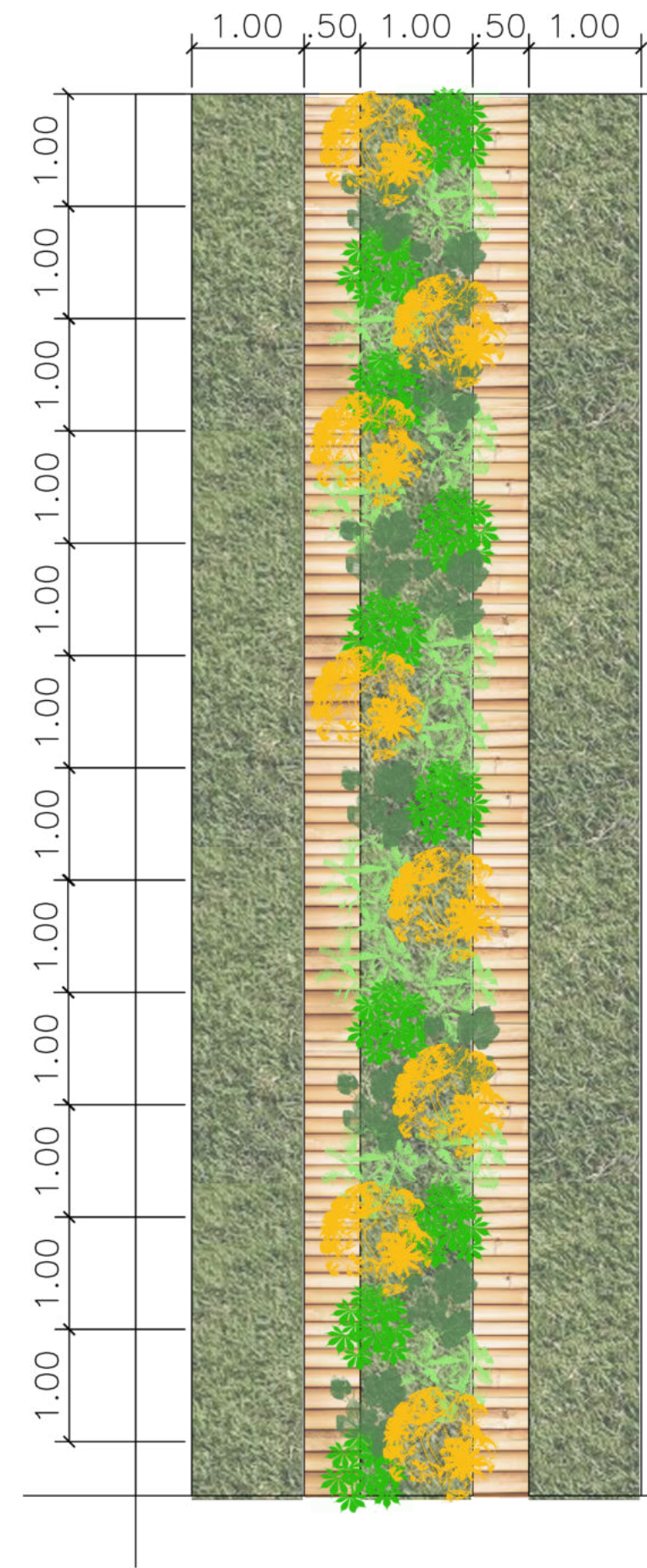
romã











SAF 2 - carro chefe Traçagem

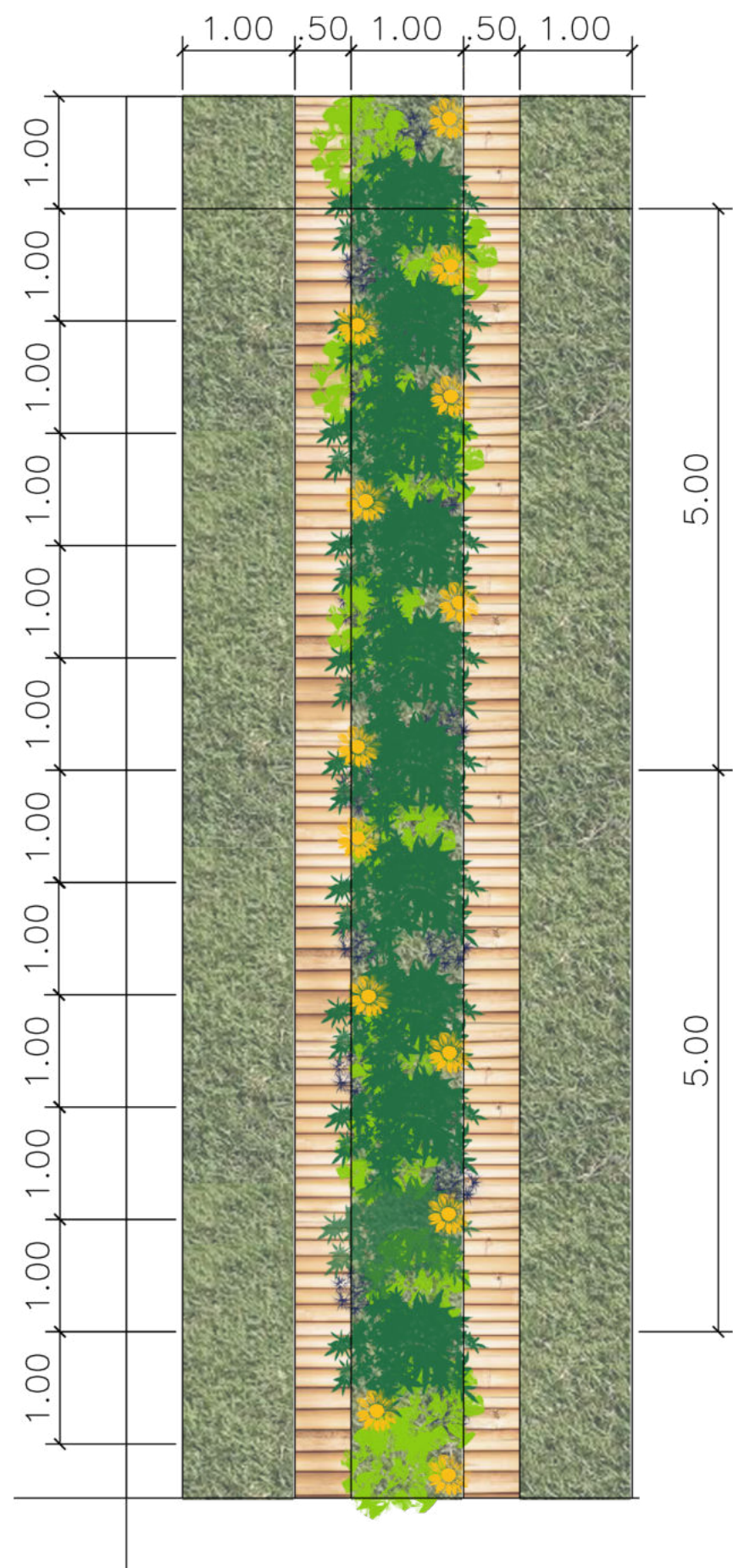


SAF 3 - carro chefe Mastruz

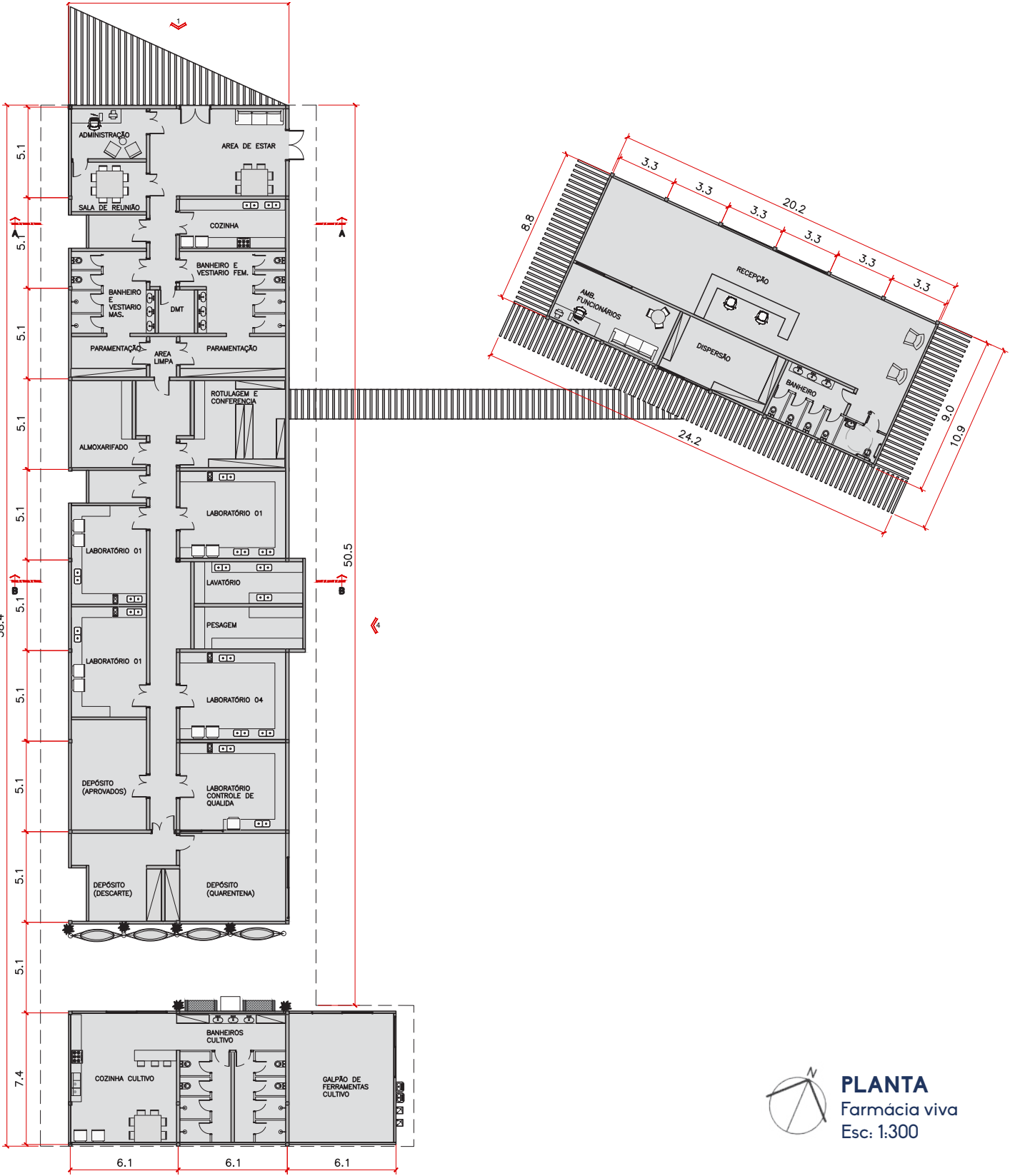
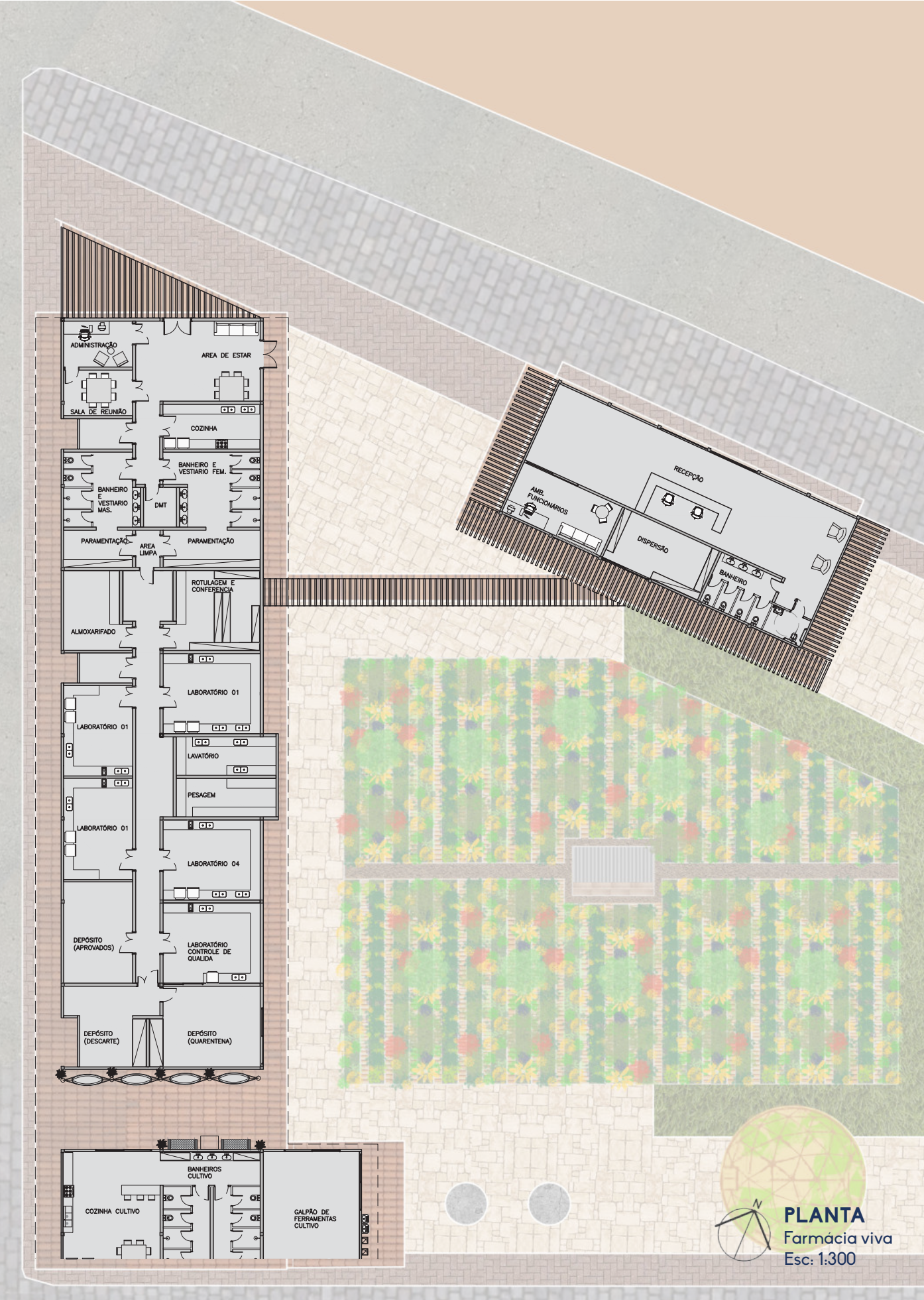


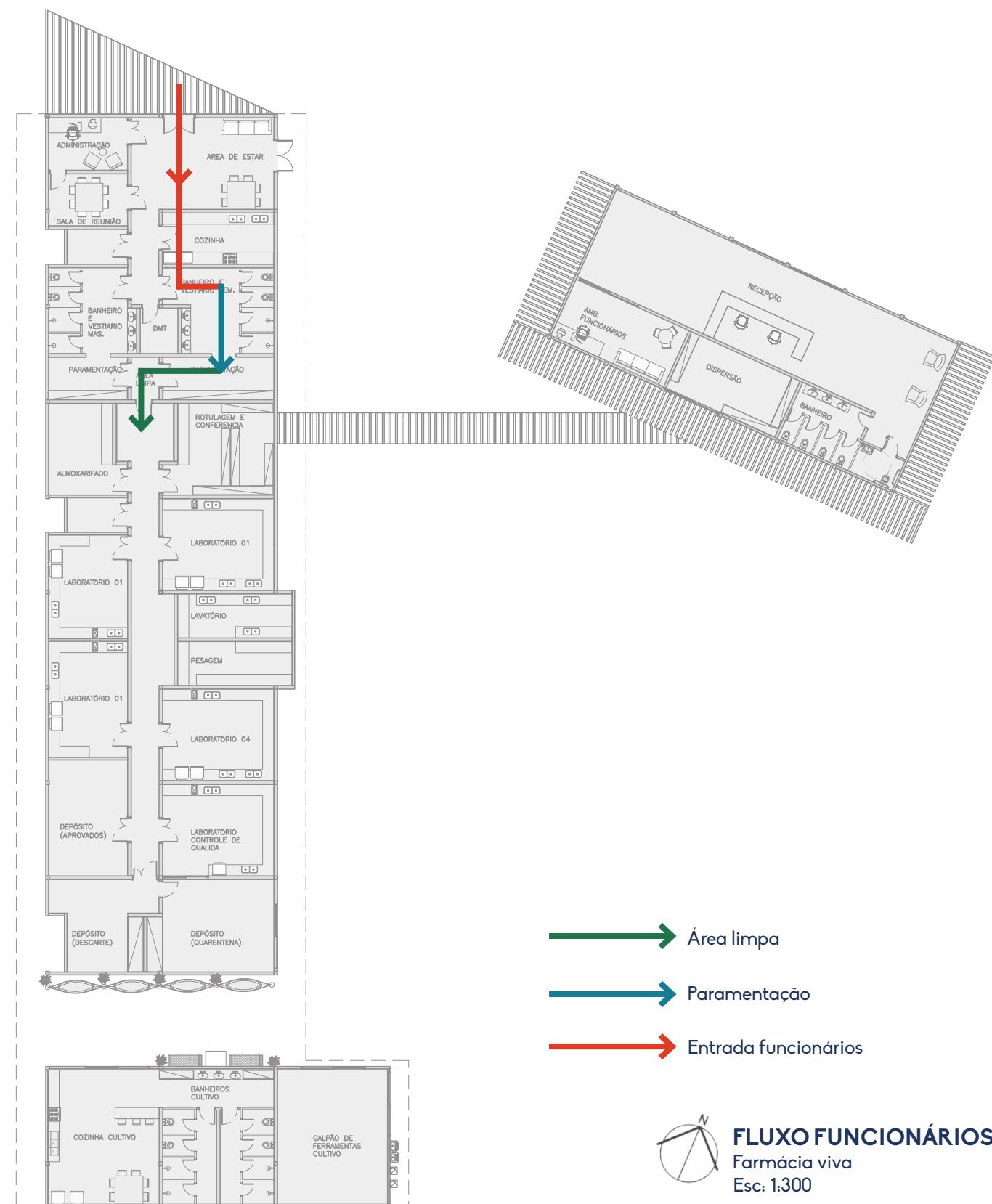
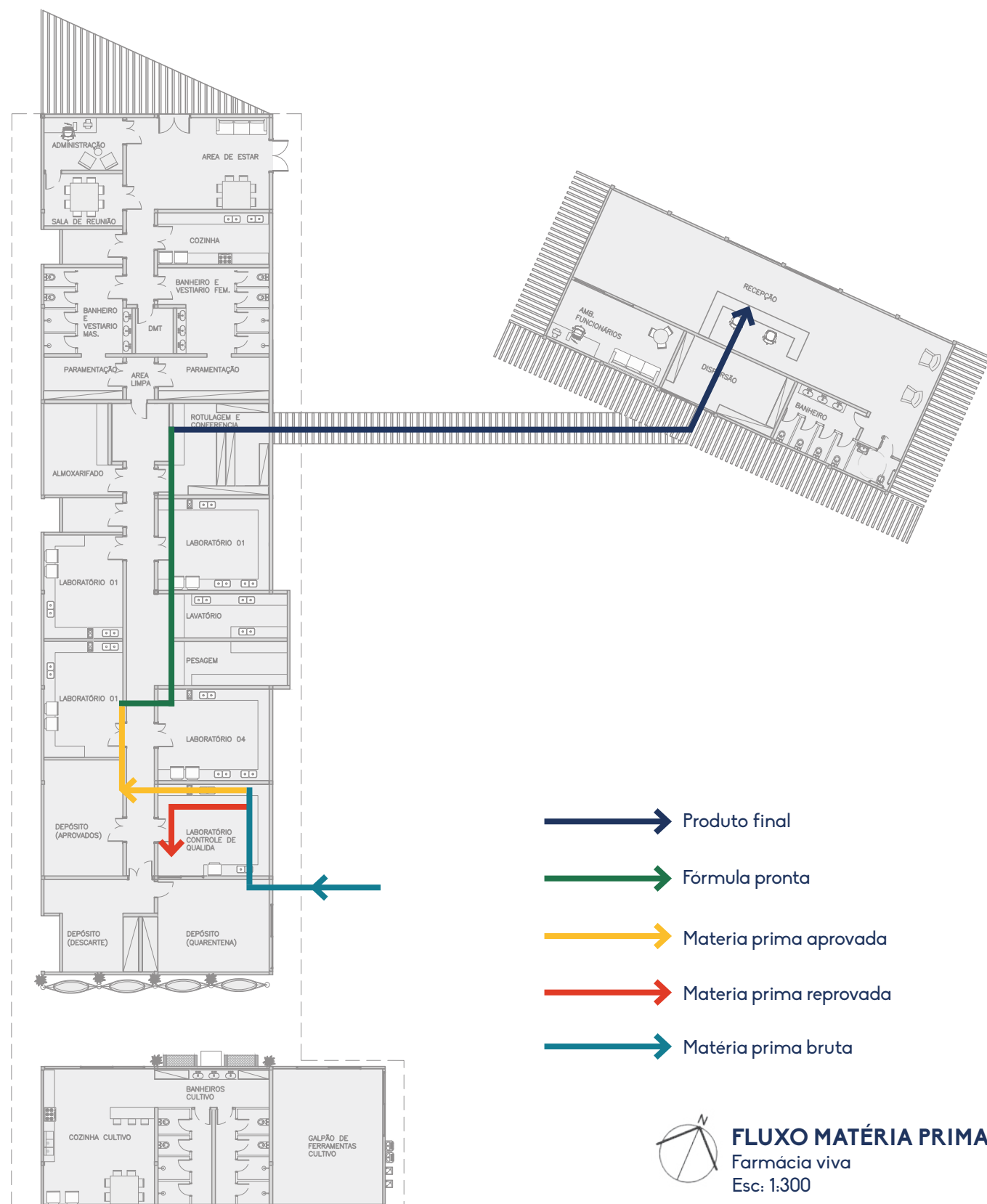
- | | | | |
|------------|---|-----------|---|
| mastruz |  | carqueija |  |
| mandioca |  | maconha |  |
| quiabo |  | girassol |  |
| margaridão |  | feijão |  |

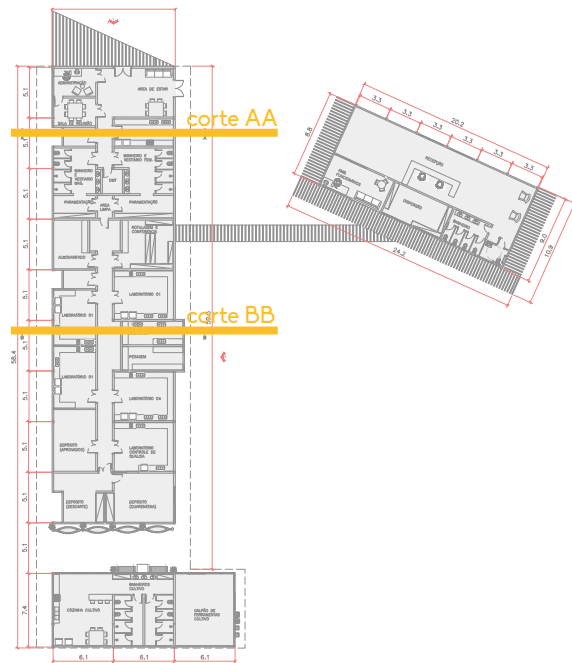
SAF 4 - carro chefe Maconha e Carqueija



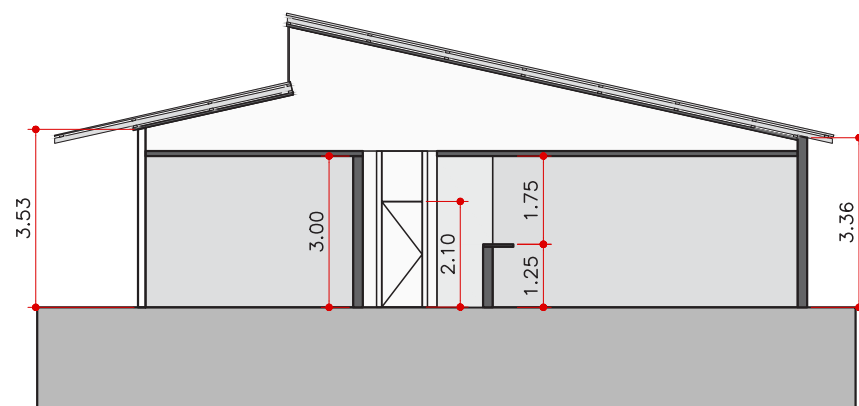
4.5 Laboratórios



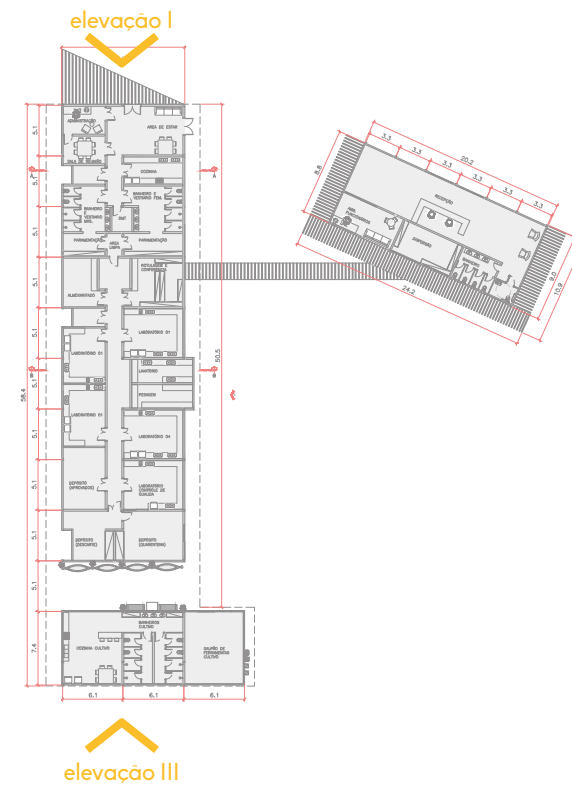
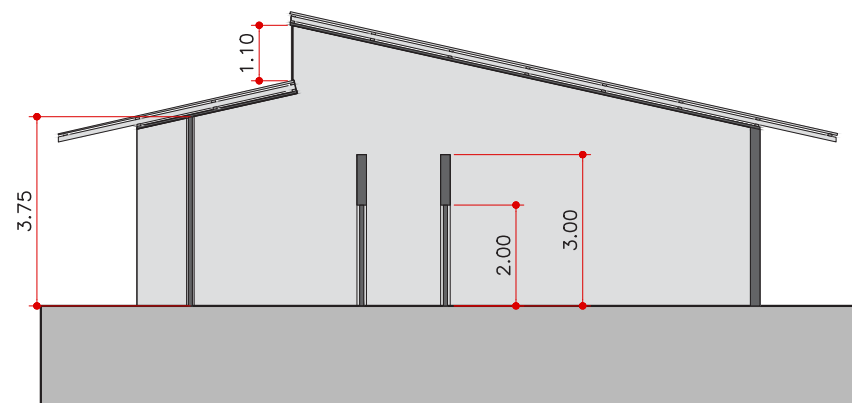




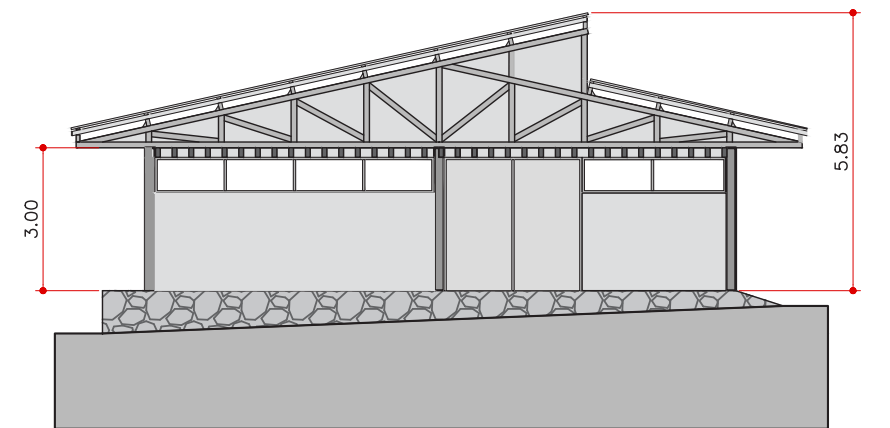
CORTE BB
Farmácia viva
Esc: 1:150



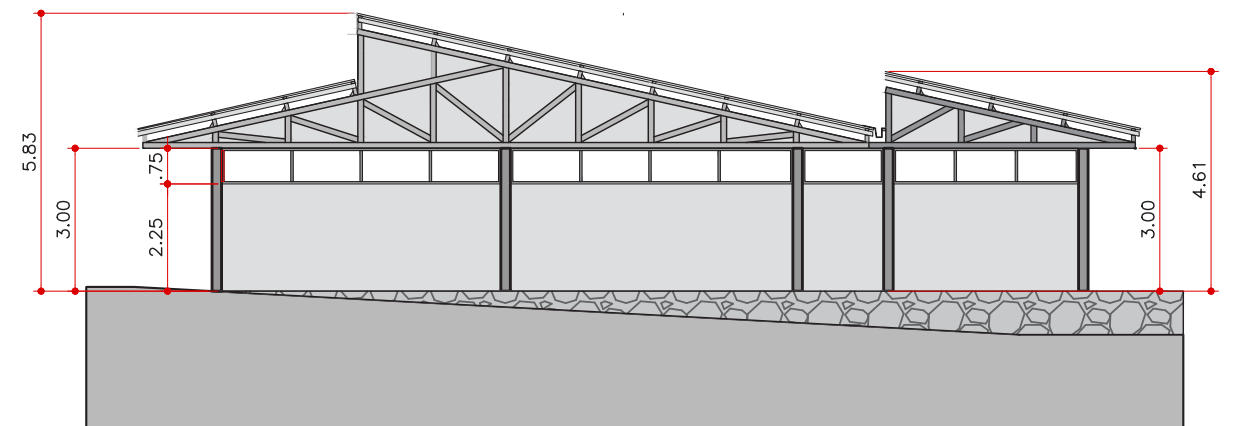
CORTE AA
Farmácia viva
Esc: 1:150



ELEV I
Farmácia viva
Esc: 1:150



ELEV III
Farmácia viva
Esc: 1:150

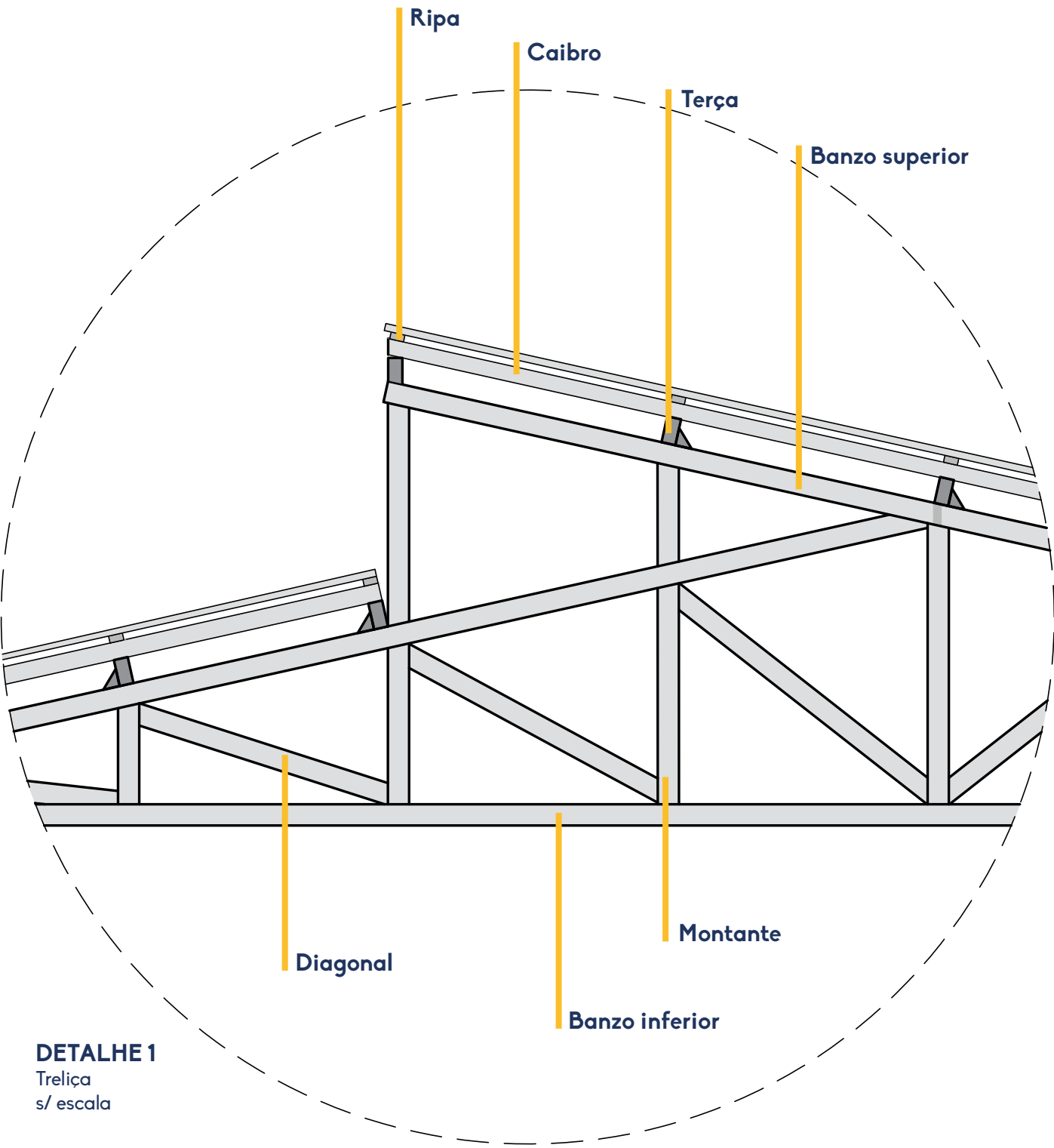




This architectural elevation drawing shows a long, low building facade. The drawing includes two vertical dimension lines on the left side, indicating heights of 5.81 and 4.00. The facade features a series of vertical elements, including columns and panels, some of which are shaded gray. A horizontal band with a cross-hatch pattern runs across the middle of the facade. The drawing is a technical representation of a building's exterior, likely for a school or institutional building, given the context of the surrounding text.

Architectural elevation drawing of a building facade. The drawing shows a long, low structure with a series of windows and a textured upper section. The main window height is dimensioned as 4.00. The total height of the structure, including the textured upper section, is dimensioned as 5.81. A smaller dimension of 1.81 is shown for the height of the textured upper section. The facade features a grid of windows, with some sections having multiple panes and others being solid. The upper section is filled with a dense, cross-hatched pattern.

4.5.1 Detalhamento treliça

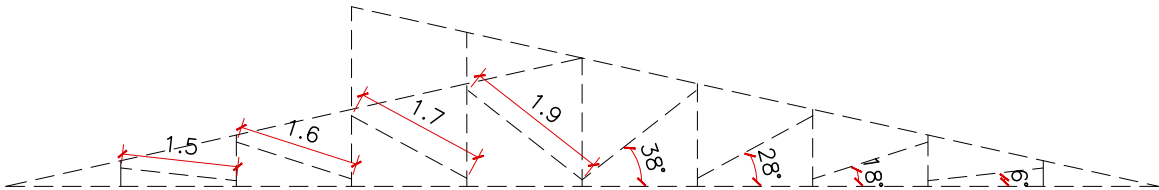


DETALHE 1
Treliça
s/ escala

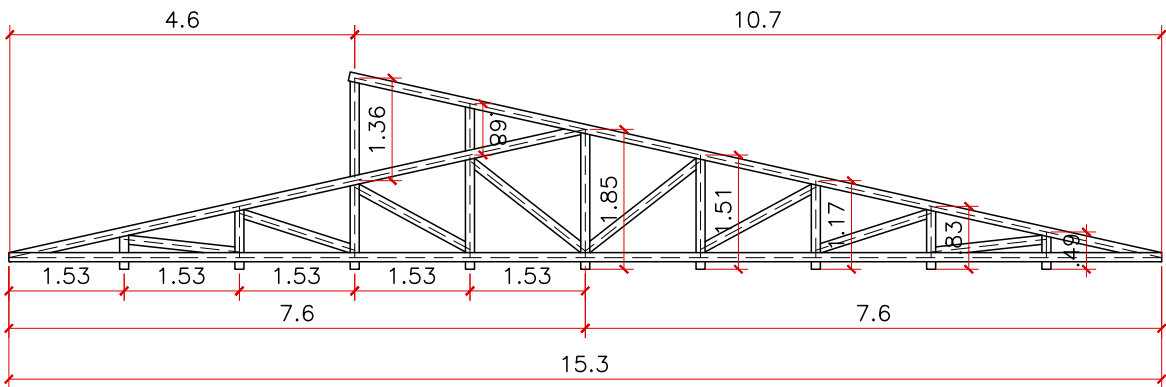
Os edifícios que abrigam a farmácia viva são: o bloco principal de laboratórios, o prédio da recepção e o apoio à área de cultivo. O bloco principal tem malha de pilares de 20 x 20 cm espaçados em 5,10 m na vertical e 6,10 m na horizontal. sua fachada é composta de painéis de madeira e de vidro fosco, alguns painéis trabalham como portas, e alguma bandeira como janelas. O acesso aos laboratórios é exclusivo para funcionários, para acessá-los primeiro os funcionários se trocam nos vestiários, depois se paramenta com jaleco, touca e propé na área de paramentação para assim poderem entrar na câmara de limpo que dá acesso ao corredor dos laboratórios.

No início do corredor se encontra um primeiro alargamento com um recuo dentro do almoxarifado e um dentro sala de conferência e rotulagem, esses recuos contam com janela e bancada para facilitar tanto a retirada de embalagens do almoxarifado quanto a entrega de fitoterápicos para a conferência do farmacêutico, sem a necessidade que os técnicos de laboratório entrem dentro dos ambientes citados, isso acontece novamente ao longo do corredor nas salas de rotulagem e lavagem, pelo mesmo motivo. Para o descarte de lixo, resíduos e matéria prima rejeitada são previstos ambientes de descarte com recuos na fachada de frente a rua José de S. Paim.

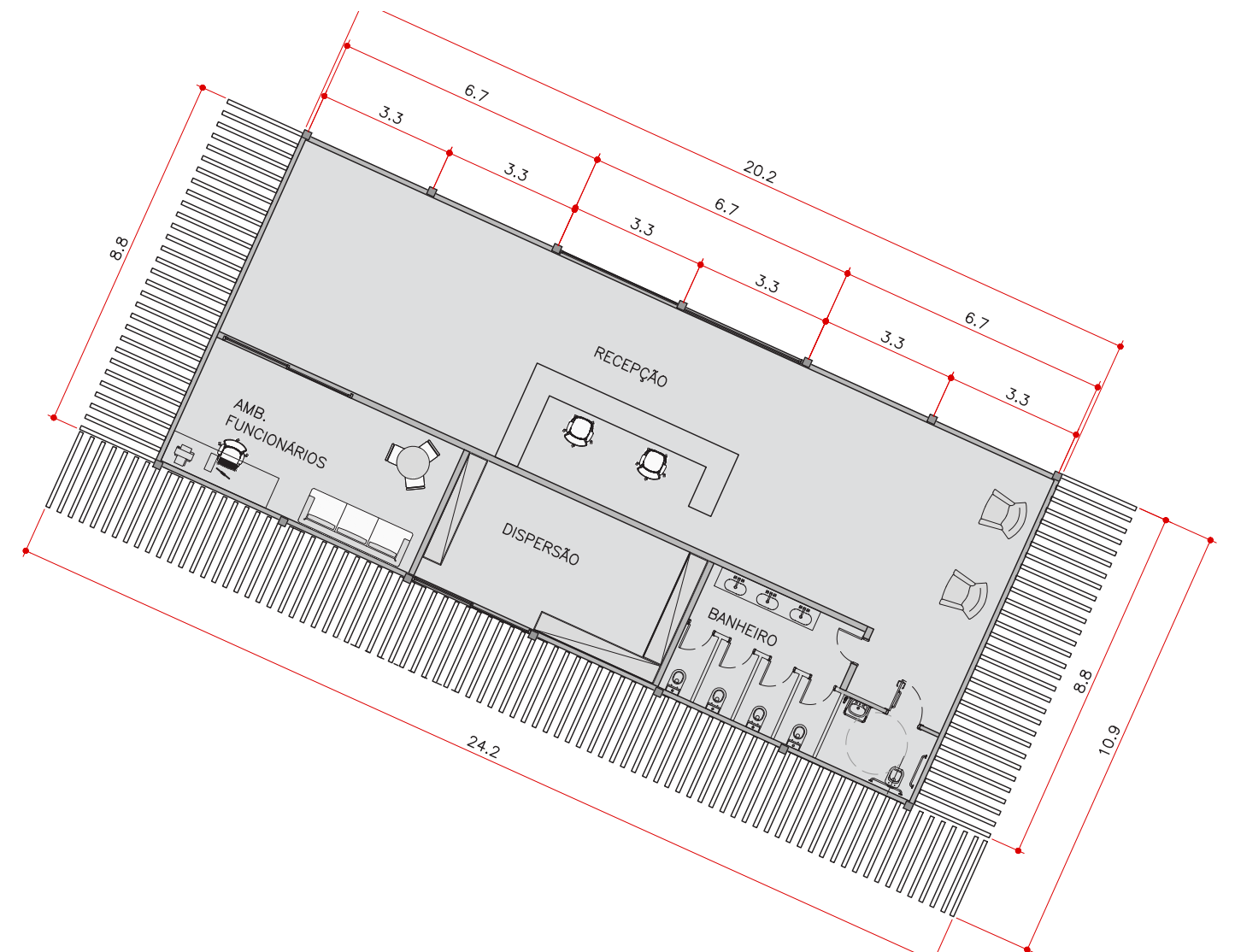
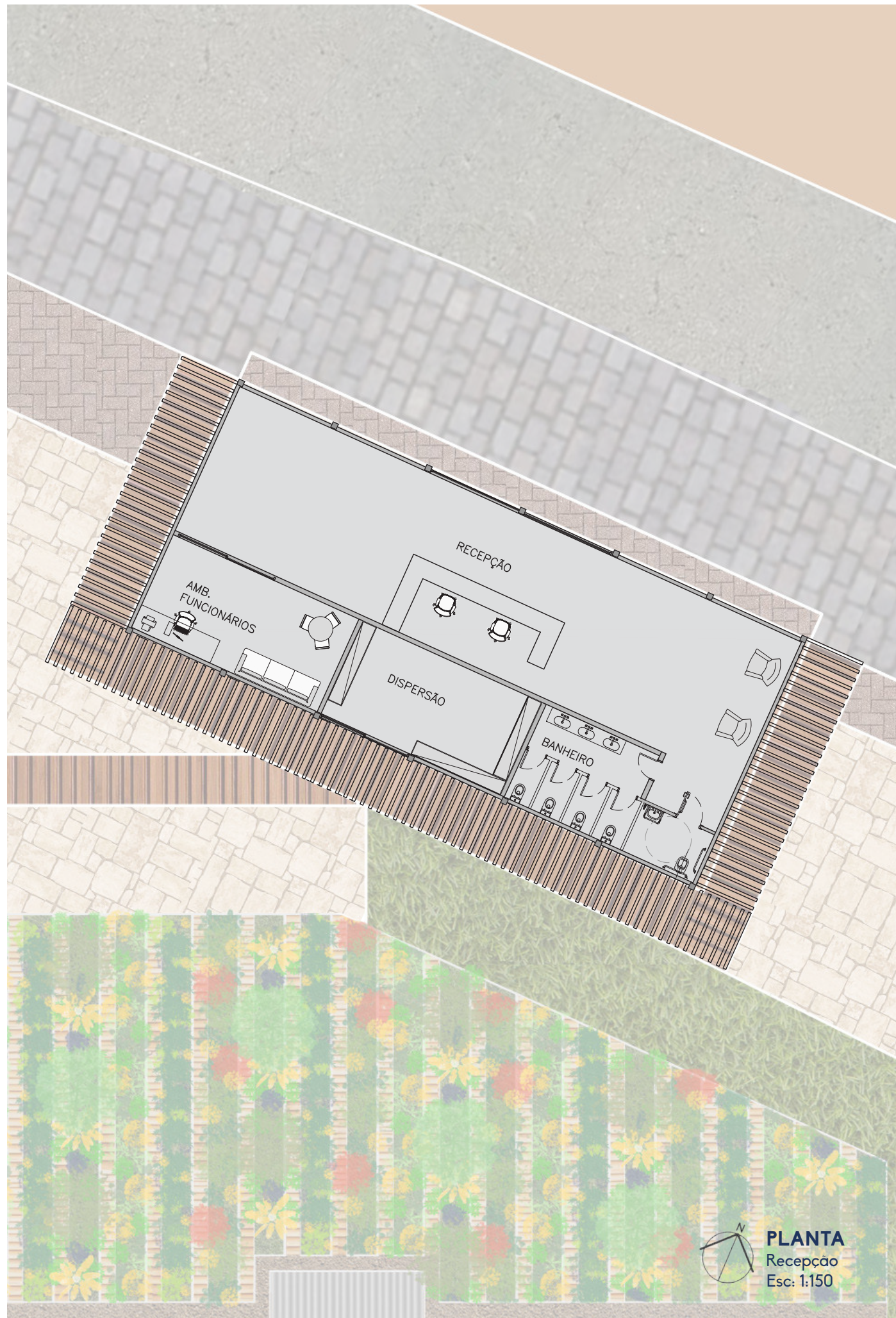
DETALHE 2
Treliça
Esc: 1:100

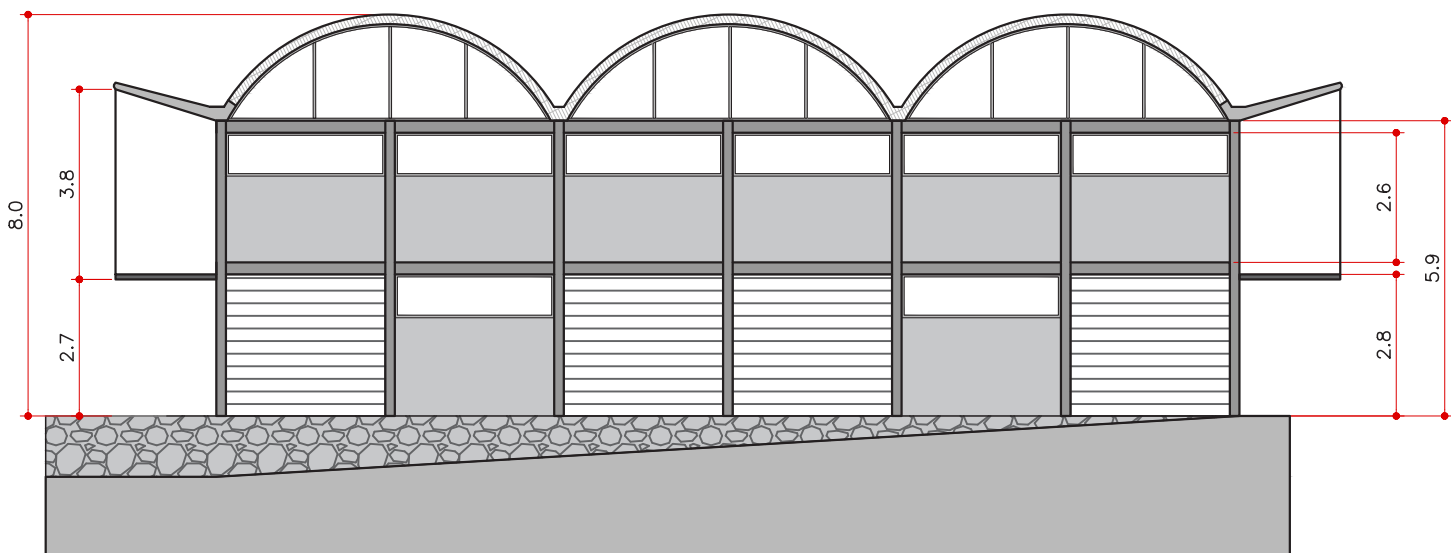
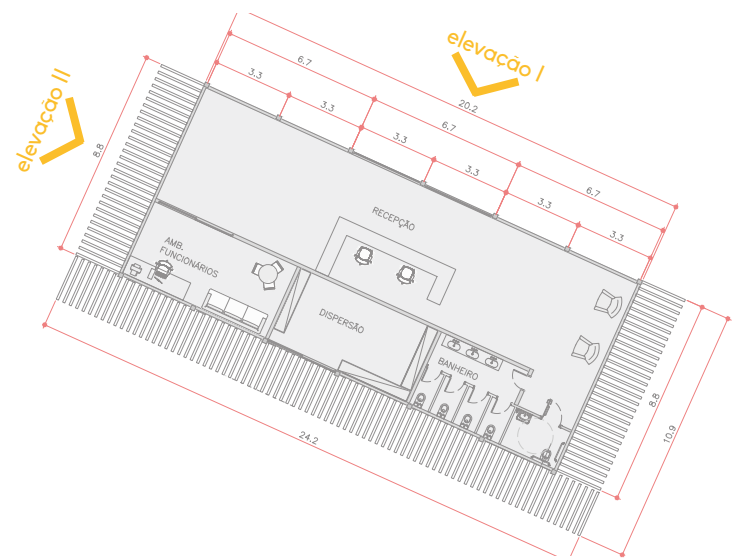


DETALHE 3
Treliça
Esc: 1:100



4.6 Recepção

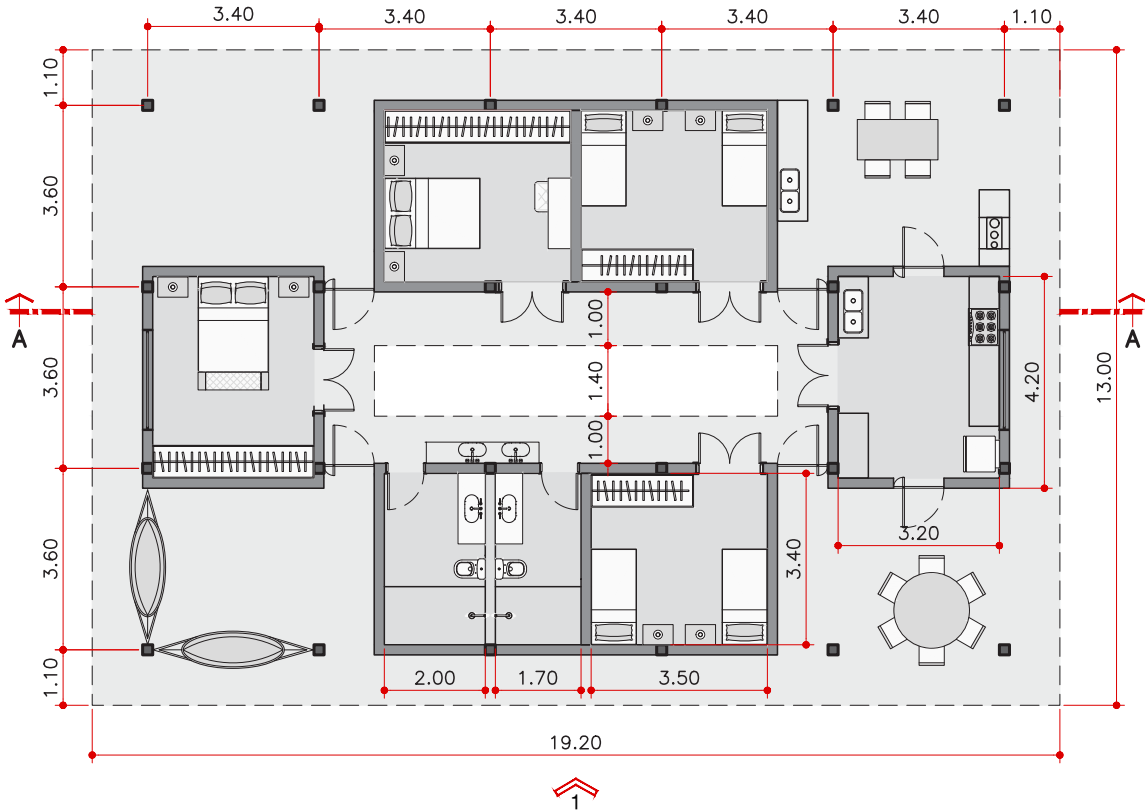
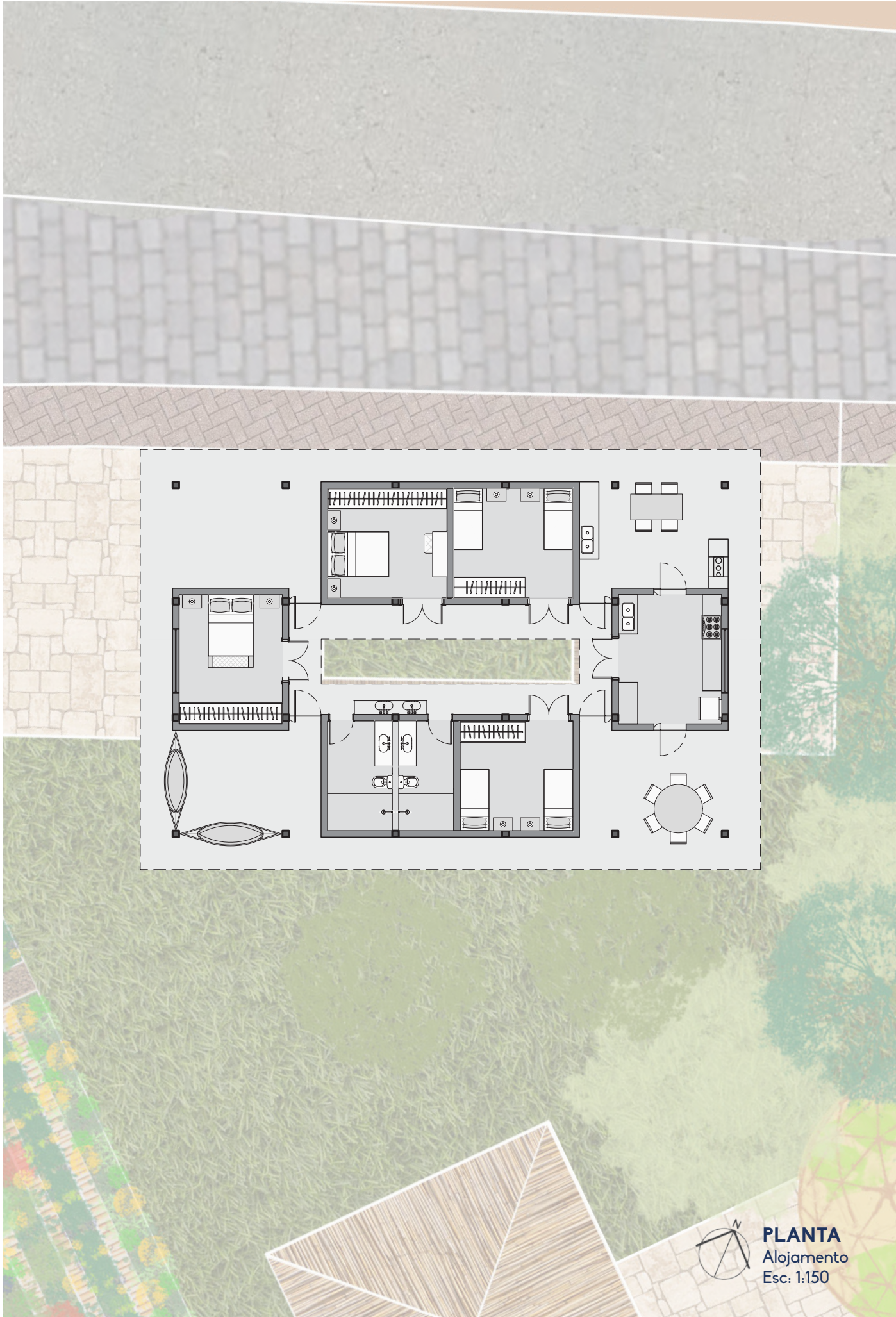


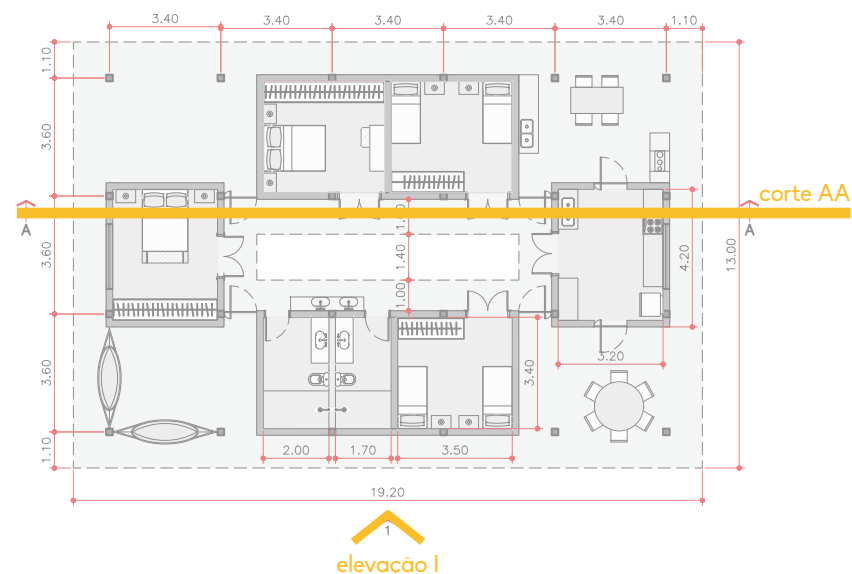


ELEVAÇÃO I
Recepção
Esc: 1:150

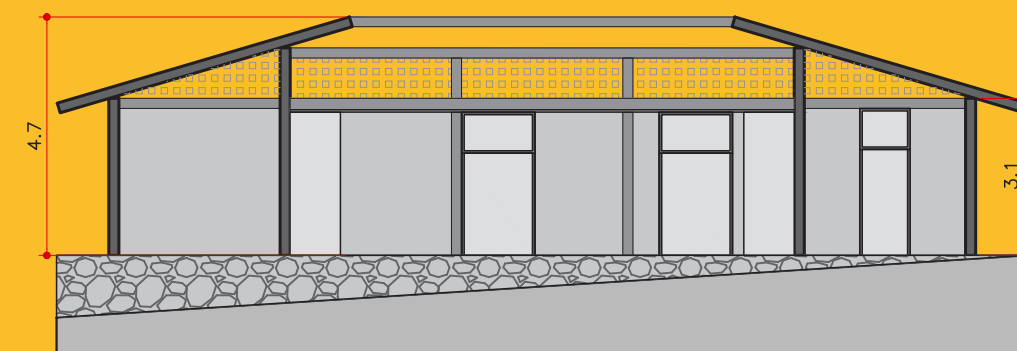


ELEVAÇÃO II
Recepção
Esc: 1:150

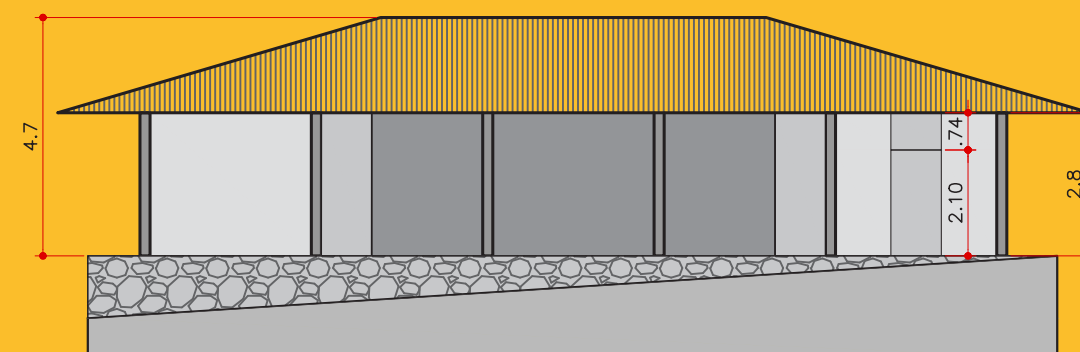




CORTE AA
Alojamento
Esc: 1:150



ELEV I
Alojamento
Esc: 1:150



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lucio F. Produção de Fitoterápicos no Brasil: História, Problemas e Perspectivas. Rev. Virtual de Química, 2013,5 (3), 450-513. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://rvq-sub.sbq.org.br/index.php/rvq/article/view/414/335> (acessado em dezembro de 2022)

BARBOSA, Liliane de Deus, POPULAÇÃO INDÍGENA DA BAHIA EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO CARTOGRÁFICA. PUC - MG, Belo Horizonte, 2016.

BARRETO, Luiz André Alves de Souza. A maconha (Cannabis sativa) e seu valor terapêutico. Trabalho de Conclusão do Curso de Biologia UniCEUB, 2002. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2435> (acessado em dezembro de 2022)

BRUNNING, Maria Cecília Ribeiro; MOSEGUI, Gabriela Bittencourt Gonzalez; VIANNA, Cid Manso de Melo. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde. Paraná, Ciência e Saúde Coletiva, 17(10): 2675 - 2685, 2012.

CARVALHO, Ana C. B. Situação do registro de medicamentos fitoterápicos no Brasil. Revista Brasileira de Farmacognosia - 18(2): 314-319, Abr./Jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfar/a/BckdsqPkMhwqMwzFzNmQP4S/?format=pdf&lang=pt> (acessado em dezembro de 2022)

CASTRIOLA, Leonardo Basi, A questão da tradição: Algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional. UFMG, Belo Horizonte, 2014.

ETCHEVARNE, Carlos. O sítio de tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas. Bahia, Cadernos da Arte e da Antropologia, Vol. 1, No 1 | -1, 53-57, 2012.

FIRMO, Wellyson da Cunha Araújo. CONTEXTO HISTÓRICO, USO POPULAR E CONCEPÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PLANTAS MEDICINAIS. São Luís, Cadernos de Pesquisa, v. 18, n. especial, dez. 2011

GADELHA, Claudia Sarmento Gadelha et al. Estudo bibliográfico sobre o uso das plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, ISSN-e 1981-8203, Vol. 8, Nº. 5, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7404604> (acessado em dezembro de 2022)

HASENCLEVER, Lia et al. A indústria de fitoterápicos brasileira: desafios e oportunidades. Ciência & Saúde Coletiva, 22(8):2559-2569, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zVj9LSKrBbFwkpRXnpbN3kh/?format=pdf&lang=pt> (acessado em dezembro de 2022)

MORAIS, Renan Luiz Julião; PANTOJA, Sonia Cristina de Souza. INVESTIGAÇÃO DO CONHECIMENTO E USO DE PLANTAS MEDICINAIS PELA COMUNIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL CAPISTRANO DE ABREU, NOVA IGUAÇU. RJ. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://revistaes.org/pf.php?idartigo=1999> (acessado em dezembro de 2022)

MOREIRA, Jussara Tânia Silva, A Igreja e a Praça: Os Batistas da Cidade de Itapetinga-Bahia (1938-2013). PUC -SP, São Paulo, 2016.

O POVO MONGOIO: DA LEMBRANÇA AO ESQUECIMENTO NAS REPRESENTAÇÕES DOS MORADORES DA CIDADE DE ITAPETINGA-BA. UESB, Vitória da Conquista, 2018.

MOTT, Luiz, Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854). EDUFBA, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Neuma A. DE “CAPITAL DA PECUÁRIA” AO “SONHO DE PÓLO CALÇADISTA”: A CONSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DE ITAPETINGA. BA. UFBA, Salvador, 2003.

SANTOS, Edlânia Nunes dos; SANTOS, Edvaldo Nunes dos. A identidade popular feminina frente aos saberes etnofármacos em uma comunidade rural de Jaramataia-AL. Revista de Extensão da UNEAL Ano 5, Vol. 5 (2), nº 2. 2020, agosto/dezembro de 2020. Disponível em: <https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/revext/article/view/211/217> (acessado em dezembro de 2022)

SILVA, Thaysi da et al. ANÁLISE DO CONSUMO DE FITOTERÁPICOS NO BRASIL. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/df0b5-thaysi-da-silva---analise-do-consumo-de-fitoterapicos-no-brasil.pdf> (acessado em dezembro de 2022)

SOUZA, Adriana Silva et al. ETNOMAPEAMENTO NA RESERVA INDÍGENA CARAMURU PARAGUAÇU. Espacialidades, Revista dos discentes do Programa de Pós Graduação em História e Espaço - UFRN. Natal, 2020.

TEIXEIRA da Silva, et al. Sistema agroflorestal em Nova Olinda, Ceará: Uma experiência de sucesso. Pombal, Paraíba, v 9. , n. 3 , p. 162 - 171, jul-set, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/108254/1/Drumond-2014.pdf> (acessado em dezembro de 2022)

Sítios eletrônicos:

https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/agroflorestas_na_paisagem_amazonica.pdf

<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/experiencias-em-gestao/terra-indigena-ca/#prettyPhoto>

<https://teiadospovos.org/o-tempo-das-lagrimas-ja-passou-1a-pre-jornada-de-agroecologia-na-aldeia-agua-vermelha-t-i-caramuru-catarina-paraguassu/>

<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/186562>

<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/216117>

<https://docs.google.com/document/d/1EYJefXkiG6MtPlalYiilveaPvF0uG3Zc0MqPXInY2eM/edit#>

<https://www.pmvc.ba.gov.br/vitoria-da-conquista-tem-mais-uma-comunidade-quilombola-reconhecida/>

<https://www.brasildefato.com.br/2022/09/19/bahia-e-o-2-estado-com-maior-numero-de-assassinatos-de-indigenas-indica-relatorio-do-cimi>

SÃO CARLOS
2022